

CADERNOS SBPC

13



SOCIEDADE BRASILEIRA PARA O PROGRESSO DA CIÊNCIA

Diretoria 2005/2007

Presidente Ennio Candotti

Vice-Presidentes Dora Fix Ventura e Celso Pinto de Melo

Secretário-Geral Lisbeth Kaiserlian Cordani

Secretários Ingrid Sarti, Maria Célia Pires Costa e Osvaldo B.E. Sant'Anna

1º Tesoureiro Peter Mann de Toledo

2º Tesoureiro Suely Druck

Presidentes de Honra

Aziz Nacib Ab'Saber
Crodowaldo Pavan
Ennio Candotti

José Goldemberg
José Leite Lopes
Oscar Sala

Ricardo Ferreira
Sérgio Henrique Ferreira
Warwick Estevam Kerr

Conselho | Membros efetivos

Aziz Nacib Ab'Saber
Crodowaldo Pavan
Ennio Candotti

Glaci Zancan
José Goldemberg
Oscar Sala

Sérgio Henrique Ferreira
Warwick Estevam Kerr

Área A

Lúcio Flávio de Faria Pinto (PA) (2003/07)
Antônio José Silva Oliveira (MA) (2005/2009)
Luís Carlos de Lima Silveira (PA) (2005/2009)

Área D

Alzira Alves de Abreu (RJ) (2003/2007)
Ildeu de Castro Moreira (RJ) (2003/2007)
Roberto Lent (RJ) (2005/2009)

Área B

Gizélia Vieira dos Santos (BA) (2003/2007)
Lúcio Flávio de Sousa Moreira (RN) (2003/2007)
José Antonio Aleixo da Silva (PE) (2005/2009)
Lindberg Lima Gonçalves (CE) (2005/2009)
Mário de Sousa Araújo Filho (PB) (2005/2009)
Willame Carvalho e Silva (PI) (2005/2009)

Área E

Antônio Flávio Pierucci (SP) (2003/2007)
Maria Clotilde Rossetti-Ferreira (SP) (2003/2007)
Marilena de Souza Chauí (SP) (2003/2007)
Regina Pekelmann Markus (SP) (2005/2009)

Área C

João Cláudio Todorov (DF) (2003/2007)
Maria Stela Grossi Porto (DF) (2003/2007)
Fernanda A. da F. Sobral (DF) (2005/2009)
Lúcio Antonio de Oliveira Campos (MG) (2005/2009)
Paulo Sérgio Lacerda Beirão (MG) (2001/05)

Área F

Dante Augusto Couto Barone (RS) (2003/2007)
Carlos Alexandre Netto (RS) (2005/2009)
Euclides Fontoura da Silva Jr. (PR) (2005/2009)
Zelinda Maria Braga Hirano (SC) (2005/2009)

Secretários Regionais e Seccionais | Mandato 2004/2006

Área A

Rosany Piccolotto Carvalho (AM)
Antonio José Silva Oliveira (MA)
Silene Maria Araújo de Lima (PA)

Área D

José Geraldo Mill (ES)
Maria Lúcia Maciel (RJ)

Área B

Caio Mário Castro de Castilho (BA)
Armênio Aguiar dos Santos (CE)
Telmo Silva de Araújo (PB)
Ivan Vieira de Melo (PE)
Joaquim Campelo Filho (PI)
Nelson Marques (RN)

Área E

Soraya Soubhi Smaili (SP)

Área F

Marcos César Danhoni Neves (PR)
Izaura Hiroko Kuwabara (Seccional de Curitiba)
Rita Maria Sílvia Carnevale (RS)
Mário Steindel (SC)

Área C

Cezar Martins de Sá (DF)
Reginaldo Nassar Ferreira (GO)
Robson Mendes Matos (MG)

REGISTRO DOS DEBATES

DA 57ª REUNIÃO ANUAL

CADERNOS SBPC



A Reforma do Ensino

2 0 0 5

A Reforma do Ensino

Cobertura jornalística feita a partir de conferências e mesas-redondas apresentadas na 57ª Reunião Anual da Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência (SBPC)

Coordenação editorial

Alicia Ivanissevich

Reportagem

Cáthia Abreu

Fred Furtado

Patrícia Freitas

Thaís Fernandes

Valéria Martins-Stycer

Revisão

Roberto Barros de Carvalho

Projeto gráfico e diagramação

Ana Luisa Videira

Fotolito e Gráfica

Gráfica Miscal

Considerações sobre a prática científica	7
Por uma educação libertária.....	9
Por um ensino superior de qualidade	16
Ciência na universidade	22
À distância, mas com eficiência	27
Como educar talentos no Brasil.....	33
Outras ações da universidade	40
Pela afirmação da diferença	44
Analfabetismo numérico	60

Considerações sobre a prática científica

Em 2004, a Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência (SBPC) se propôs um desafio: documentar em seis cadernos temáticos os principais debates ocorridos durante sua reunião anual, realizada então em Cuiabá (MT). Mesmo que incompleto, esse primeiro registro permitiu traçar um panorama das principais questões científicas de amplo interesse nacional, cujo impacto é sentido por toda a sociedade. Acreditamos que o conjunto das publicações tenha sido útil para discussões de relevância travadas no Congresso, e para responder a perguntas recorrentes tanto na comunidade científica quanto na sociedade .

Este ano não poderia ser diferente e, para continuar contribuindo com esse necessário e importante debate, apresentamos uma nova série de cadernos, com destaque para o tema que inspirou o título da 57ª Reunião Anual: 'Do sertão, olhando o mar: cultura e ciência'. Desta vez, a tarefa foi entregue a cinco repórteres que se desdobraram com anotações e gravadores pelas salas da Universidade Estadual do Ceará (Uece), em Fortaleza, para tentar alcançar um cenário o mais próximo possível do real, registrando inclusive depoimentos da platéia. Mais uma vez, cabe ressaltar que esta é uma versão preliminar — não revista pelos conferencistas e demais participantes — que pretende apenas ser inspiradora para o prosseguimento das discussões. Esperamos assim estar alimentando a reflexão da prática científica pela sociedade.

Coordenação editorial

Por uma educação libertária

A educação deve ter um sentido libertário: toda a sociedade deve estar envolvida — não apenas os órgãos executivos — no combate, sobretudo, à discriminação de gênero e raça. Baseado nessa afirmação e dirigindo-se a um auditório lotado — o maior da Universidade Estadual do Ceará (Uece), que abrigou a 57ª Reunião Anual da SBPC —, o comunicólogo André Luiz de Figueiredo Lázaro, secretário substituto da Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade (Secad), do Ministério da Educação (MEC), disse que o governo pode demandar ações que modifiquem o cenário de discriminação no Brasil. Representando o então ministro da Educação, Tarso Genro, no simpósio ‘Educando para a igualdade: gênero, raça e orientação sexual’, Lázaro lembrou que as pesquisas das quais se tem notícia no Brasil mostram que o preconceito não emana do Poder Executivo nem do Legislativo; ao contrário, pressionados, esses poderes respondem positivamente, com mais democracia e igualdade.

Também ligado à Sub-reitoria de Extensão e Cultura da Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Lázaro afirmou que o grande problema do país, mais do que a pobreza, é a desigualdade, e que as políticas de governo devem confrontar essa realidade. Ele acredita que a educação é o principal instrumento para promover essa mudança, e

apresentou as metas que Tarso Genro definiu para o Ministério da Educação. “Em um ano em meio de mandato, o ministro estabeleceu diretrizes e propósitos muito claros, que indicam ações concretas”, destacou o secretário.

“A alfabetização e a inclusão social são algumas delas.”

“Menos de 40% dos jovens entre 15 e 17 anos têm acesso ao ensino médio no Brasil, sendo que a maioria excluída é composta por pobres e negros.

A falta de acesso à educação é que desvia os jovens para o caminho da violência e, muitas vezes, os conduz para a morte. Os estados brasileiros não conseguem oferecer um sistema capaz de acolher esse grupo. Esse é o maior drama da educação brasileira hoje.”

André Lázaro
Secretário substituto da
Secretaria de Educação
Continuada, Alfabetização e
Diversidade do Ministério
da Educação

Para se entenderem as diretrizes do ministério, Lázaro apresentou algumas estatísticas alarmantes: existem hoje no Brasil mais de 65 milhões de brasileiros com 15 anos ou mais que não têm oito anos de estudo — direito garantido ao cidadão pela Constituição. Desses 65 milhões, 31 milhões não têm sequer quatro anos de estudo; são os chamados analfabetos funcionais. “É esse extraordinário déficit na educação que deve ser enfrentado”, afirmou.

O secretário acredita que, para mudar esse quadro, a educação de jovens e adultos não deve ser uma campanha de governo mas uma política pública que procure enxergar esse segmento da população que não teve acesso aos seus direitos fundamentais. Da mesma forma, ele acha que outro grande eixo a ser focado é a qualidade da educação básica. Para contextualizar seu argumento, Lázaro citou um avanço conquistado pelo governo Fernando Henrique Cardoso, que conseguiu matricular 96% das crianças em idade escolar na rede de ensino fundamental. “Essas conquistas devem ser registradas”, comemorou. “A educação ganhou em quantidade, na universalização do ensino, mas perdeu em qualidade”, ressaltou, apontando dados do Sistema de Avaliação da Educação Básica (Saeb) que revelam que 50% dos estudantes examinados não têm domínio básico de língua portuguesa nem de matemática.

Grande gargalo

Mas o grande gargalo da educação brasileira, na avaliação de Lázaro, é o ensino médio. “Menos de 40% dos jovens entre 15 e 17 anos têm acesso ao ensino médio no Brasil, sendo que a maioria excluída é composta por pobres e negros”, informou, acrescentando que a falta de acesso à educação é que desvia os jovens para o caminho da violência e, muitas vezes, os conduz para a morte. “Os estados brasileiros não conseguem oferecer um sistema capaz de acolher esse grupo. Esse é o maior drama da educação brasileira hoje”, sentenciou e apontou as iniciativas do MEC para tentar resgatar essa faixa da população.

O secretário disse que uma dessas frentes criadas pelo atual governo para implementar a educação de qualidade é o Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação Básica (Fundeb). De natureza contábil, o fundo conta com a contribuição dos estados, dos municípios e da União, através do pagamento de impostos. Em contrapartida, cada estado e município recebe um valor por criança matriculada na escola. “O grande avanço do Fundeb é a aplicação da educação diferenciada em vários segmentos da sociedade, adequando nas comunidades, como a rural e a quilombola, formas de ensino distintas, para que suas culturas sejam preservadas”, destacou.

Entre os planos de inclusão do MEC, também está a educação de jovens de 18 a 24 anos, sem acesso ao ensino superior. Hoje apenas 9% deles estão na universidade. Das cerca de 3 milhões de matrículas oferecidas, 70% vão para o setor privado. “Superar essa predominância da privatização na educação superior é um desafio para o Ministério. Aplicar sistemas de vagas, ampliando as possibilidades de ingresso desses jovens na universidade, e criar novas unidades federais é uma saída”, afirmou Lázaro.

Para o secretário, a discriminação é uma barreira à educação dos negros no país, por isso a necessidade de se compreender o sistema de cotas. “A representação da população negra no ensino superior é mínima e também deve ser mudada. A política de cotas foi uma das iniciativas, mas outras devem ser desenvolvidas”, explicou. Ele destacou entre as ações já providenciadas os seminários destinados à conscientização da diversidade étnica, promovidos pelo MEC nos estados. “Sensibilizar o sistema de ensino para o tema da discriminação é fundamental. Assim podemos orientar os estudantes para a nossa diversidade”, afirmou, lembrando que esse é um dos esforços feitos pelo governo para atender as várias questões relativas à discriminação de gênero, raça e orientação sexual.

Lázaro falou ainda sobre a desigualdade presente em vários níveis e muitas vezes dissimulada para esconder o real cenário do país. “No Brasil, foram criados mitos que sufocam e violentam camadas desfavorecidas de nossa sociedade”, disse. “A discriminação e a dissimulação do preconceito, que atingem vários segmentos, sobretudo as mulheres, os homossexuais e os negros, são preocupantes. Apesar de não existir ‘pecado’ do lado de baixo do Equador, o Brasil é campeão no índice de violência contra os homossexuais”, protestou.

Preconceito e mito

João Carlos Nogueira, subsecretário da Secretaria Especial de Políticas de Produção da Igualdade Racial (Seppir), ratificou a opinião de Lázaro mostrando que o país não foi preparado, ao longo dos séculos, para pensar a pluralidade e a diversidade. “A educação brasileira não foi construída dessa forma, foi orientada por um único caminho e sustentada por valores e mitos que se transformaram em barreiras difíceis de mudar em um curto espaço de tempo”, apontou.

Segundo o subsecretário da Seppir, no final do século 20 as pessoas parecem ter despertado para o problema da desigualdade, que, na verdade, é uma luta de anos. Ele acredita que professores e entidades ligadas ao ensino tentam mudar esse quadro buscando alterar bases e princípios educativos para poder combater a desigualdade. “Esses movimentos vêm se confrontando, ao longo dos anos, com as políticas do Estado e sempre lutaram contra essa forma monolítica da educação”, disse. A seu ver, para promover a igualdade racial, não é necessário mexer nos fundamentos das disciplinas, mas sim potencializar a educação para mudar o cenário da desigualdade no Brasil.

“A Lei nº 10.639, implementada em 9 de janeiro de 2003, foi um dos movimentos de mudança em prol da igualdade, porque acrescenta à Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB) a obrigatoriedade da temática História e Cultura Afro-brasileira no currículo oficial da rede de ensino do país”, exemplificou Nogueira. Além disso, ele lembrou que o MEC até agora já produziu 17 fóruns de educação e diversidade, que reuniram em vários estados 8 mil educadores e gestores. “Dessa forma, podemos fazer com que a sociedade participe e opine sobre as mudanças”, observou. Para ele, nos últimos anos, foi possível avançar no campo educacional: as polêmicas geradas em torno da educação garantem um ganho na qualidade de ensino. Na opinião do subsecretário da Seppir, a necessidade de discutir certas questões leva os educadores

a repensar seus valores e concepções sobre desigualdade, confrontando suas idéias com as de seus alunos

“O preconceito não está calcado em fatores econômicos apenas, mas em outras questões de desigualdade. Prova disso são os poucos negros, na sua maioria descendentes de escravos, que têm acesso ao sistema de ensino. Fazer esse exercício do ponto de vista histórico permite entender um dos pilares que sustenta a desigualdade de raça no país”, destacou Nogueira.

Para o subsecretário da Seppir, no Brasil, negros, mulheres e homossexuais que rompem certas barreiras criadas pela desigualdade têm menos oportunidades e, mesmo que consigam ter acesso ao ensino, ainda não o têm com total igualdade. “Não discriminamos explicitamente, mas acabamos excluindo, pois temos dificuldade de aceitar essa pluralidade de raça, gênero e orientação sexual”, observou. Nesse sentido, para ele, duas questões importantes devem ser levadas em conta: primeiro, não é possível falar de educação sem falar em desigualdade; segundo, a pluralidade de gênero, raça e orientação sexual deve ser levada em conta. “Somente assim poderemos construir uma sociedade de fato plural, comprometida com a educação e com as perspectivas de desenvolvimento da sociedade.”

Sem desigualdades

A subsecretária de Monitoramento de Programas e Ações Temáticas da Secretaria Especial de Políticas para Mulheres, Tatau Godinho, destacou como ainda é necessário assegurar um conteúdo igualitário na educação, visando à construção do futuro dos indivíduos. “Com toda a diversidade étnica e racial que o Brasil tem, precisamos garantir uma posição não discriminatória e sem desigualdades. Para isso, implementar políticas públicas em relação a essas temáticas é fundamental”, afirmou.

“O preconceito não está calcado em fatores econômicos apenas, mas em outras questões de desigualdade. Prova disso são os poucos negros, na sua maioria descendentes de escravos, que têm acesso ao sistema de ensino. Fazer esse exercício do ponto de vista histórico permite entender um dos pilares que sustenta a desigualdade de raça no país.”

João Carlos Nogueira
Subsecretário da Secretaria
Especial de Políticas de
Produção da Igualdade Racial

Alegando que a desigualdade de gênero deve ser entendida do ponto de vista do acesso à educação, Godinho lembrou que o papel social da mulher é marcado por sua saída para o mundo público e para o trabalho. Para ela, a discriminação de gênero é combatida pelas próprias mulheres, que fazem hoje um grande esforço para manter um nível de escolaridade. “As mulheres vêem na educação uma forma de se adequar à sociedade”, relatou.

Mas, segundo a subsecretária, ainda há muito a fazer. Em relação aos empregos no Brasil, por exemplo, ela lamentou o fato de as mulheres ainda receberem salários 50% menores do que os dos homens para o mesmo cargo. “Isso assinala que a escolaridade não é um fenômeno que fundamenta a igualdade. Existem ainda categorias de profissões que marcam essa desigualdade, trabalhos que, para a sociedade, são só destinados às mulheres, como a pedagogia, a fonoaudiologia, a assistência social, entre outras áreas, enquanto outras profissões, como as engenharias em geral, têm 90% de suas matrículas preenchidas por homens”, comparou Godinho.

“Com toda a diversidade étnica e racial que o Brasil tem, precisamos garantir uma posição não discriminatória e sem desigualdades. Para isso, implementar políticas públicas em relação a essas temáticas é fundamental.”

Tatau Godinho
Subsecretária de
Monitoramento de Programas
e Ações Temáticas da
Secretaria Especial de Políticas
para Mulheres

Esses fatores, na visão da subsecretária, fazem parte da construção da sociedade. A seu ver, a educação reproduz a idéia da desigualdade quando delimita a figura masculina como trabalhador e a feminina como a rainha do lar. Textos, imagens e outros conteúdos marcam essa diferença de gênero. Em sua opinião, a separação entre meninos e meninas já começa nas escolas quando os gêneros são separados por filas. As festas juninas também são um exemplo: “Na barraca de pescaria existem brindes destinados a meninos e brindes só para meninas; esses procedimentos ratificam a desigualdade”, denunciou. “Esses valores, que aprendemos a reproduzir desde criança, devem ser mudados já na pré-escola. Mostrar a presença feminina em situações de destaque é fundamental. Precisamos apresentar as mulheres que cumpriram papéis importantes na história, para que sirvam de espelho para nossas crianças.”

Esses valores, que aprendemos a reproduzir desde criança, devem ser mudados já na pré-escola. Mostrar a presença feminina em situações de destaque é fundamental. Precisamos apresentar as mulheres que cumpriram papéis importantes na história, para que sirvam de espelho para nossas crianças.”

Questionada por um membro da platéia que apontou que homens e mulheres são biologicamente diferentes e por isso deveriam ser tratados com distinção de gênero, Godinho afirmou que igualdade não é o oposto de diferença e sim de desigualdade.

“Diferenças culturais são criadas para dizer que uns têm mais direitos do que outros. As diferenciações biológicas não podem ser apoio para as distinções sociais humanas. Pensadores como Aristóteles, que defendia que as mulheres eram biologicamente inferiores, contribuíram para as fortes construções que fundamentam a desigualdade de gênero”, protestou.

Uma professora do Maranhão perguntou ao secretário do Secad sobre as informações que podem ser passadas aos alunos para combater a desigualdade de raça. Lázaro citou a Lei constitucional nº 10.639, que fundamenta a inclusão da história e a contribuição da raça negra no Brasil. “A democracia social foi fundamentada sobre um mito difícil de ser superado, uma das engrenagens mais complicadas feitas no país que só a educação pode mudar”, explicou.

Respondendo outra pergunta sobre diversidade regional, disse que o Brasil entende a sociedade a partir do eixo Rio de Janeiro-São Paulo. “É preciso pensar a distinção regional do Brasil”, afirmou, lembrando que o governo está se esforçando nesse sentido. A saída, para ele, é a capacitação de inteligências nas várias regiões do país, para, dessa maneira, conseguir um equilíbrio entre os estados.

Indagado sobre as diferenças religiosas que deveriam ser mais debatidas nas escolas, o secretário do Secad adiantou que o MEC está preparando uma cartilha sobre liberdade religiosa, a ser distribuída nas escolas públicas de todo o país.

“Diferenças culturais são criadas para dizer que uns têm mais direitos do que outros. As diferenciações biológicas não podem ser apoio para as distinções sociais humanas. Pensadores como Aristóteles, que defendia que as mulheres eram biologicamente inferiores, contribuíram para as fortes construções que fundamentam a desigualdade de gênero.”

Tatau Godinho
Subsecretária de
Monitoramento de Programas
e Ações Temáticas da
Secretaria Especial de Políticas
para Mulheres

E D U C A Ç Ã O

Órgãos propõem mudanças
para o projeto de reforma
universitária do governo

Por um ensino superior de qualidade

O anteprojeto de lei sobre a reforma do ensino superior foi apresentado no final de 2004 pelo Ministério da Educação (MEC) às instituições envolvidas com a educação universitária no Brasil e à comunidade brasileira interessada no tema. Desde então, um prazo de três meses foi dado para o envio de comentários e propostas sobre o mesmo. Nesse período, o Conselho Regional da Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência (SBPC) de São Paulo reuniu-se para discuti-lo e organizar um documento que expressasse suas preocupações e posições. As sugestões foram apresentadas em fevereiro de 2005 para avaliação do MEC. Uma segunda proposta foi liberada pelo Ministério levando em conta as posições discutidas pela SBPC e por outras entidades, como a Academia Brasileira de Ciências (ABC) e a Associação Nacional dos Dirigentes das Instituições Federais de Ensino Superior (Andifes), que tiveram um prazo até 27 de julho de 2005 para enviar novas sugestões e críticas. Durante a 57ª Reunião Anual da SBPC, o simpósio 'A reforma universitária' destacou os principais pontos e avanços alcançados em relação ao primeiro projeto e discutiu vários pontos da nova proposta que seria entregue uma semana depois ao Presidente da República.

O físico Luiz Davidovich, do Instituto de Física da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ) e coordenador do Grupo de Trabalho sobre a Reforma da Educação Superior

da ABC, apresentou as sugestões da Academia, destacando que era a primeira vez que participava de um debate sobre o tema depois da crise política deflagrada em maio e, por isso, considerava importante e oportuno pensar sobre as questões éticas que permeiam hoje a educação no país. “Em primeiro lugar, devemos nos perguntar por que deve haver uma mudança no ensino superior?”, questionou, lembrando que o termo mais adequado a ser empregado seria o de reforma da educação superior por incluir uma idéia mais abrangente.

Entre os pontos que a ABC identifica como obstáculos para a reforma, estão os currículos e programas obsoletos e a profissionalização prematura — jovens de apenas 17 anos tendo que definir suas futuras carreiras sem a maturidade e o preparo necessários. Davidovich apontou também como problema o grande *lobby*, no Congresso Nacional, das instituições privadas no país, que aglutinam 70% dos alunos matriculados na universidade e funcionam como verdadeiras franquias com interesse meramente comercial, algumas até dentro de *shopping centers*. “Apesar dessa grande oferta, somente 10% dos jovens brasileiros estão matriculados em cursos superiores. Esse quadro é muito diferente daquele encontrado em países como Estados Unidos, em que 60% dos jovens ingressam na universidade”, relatou.

“Somente 10% dos jovens brasileiros estão matriculados em cursos superiores. Esse quadro é muito diferente daquele encontrado em países como Estados Unidos, em que 60% dos jovens ingressam na universidade.”

Luiz Davidovich
Coordenador do Grupo
de Trabalho sobre a Reforma
da Educação Superior da
Academia Brasileira de Ciências

O físico da UFRJ disse que o universo atendido pelas instituições de educação superior no Brasil ainda é muito reduzido. “Por outro lado, a Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes) não tem feito um acompanhamento e uma avaliação criteriosos dos cursos de graduação. Como resultado, hoje temos a proliferação de um grande número de instituições de péssima qualidade”, lamentou.

Democracia e desenvolvimento

Davidovich apontou o ensino fundamental no Brasil como extremamente deficiente: “Prova disso é que apenas um terço dos jovens entre 15 e 17 anos estão no ensino médio. Essa situação precária é o grande gargalo da exclusão social do país

com relação à educação. Para milhões e milhões de jovens brasileiros, o ingresso na universidade nem sequer é um sonho. Lamento que a escolha profissional de muitos seja ditada pela precariedade social. Isso não é bom para a democracia e não serve para o desenvolvimento de nosso país.”

O coordenador do Grupo de Trabalho também criticou o mercado de trabalho reduzido no Brasil, problema que se agrava, a seu ver, à medida que o governo não investe na universidade pública. “Em 1994 havia cerca de 700 instituições privadas de ensino superior no país e menos de 300 instituições públicas. Já em 2003 as 700 instituições privadas se transformaram em 1.700, enquanto as instituições públicas continuaram com números constantes”, afirmou Davidovich. Para ele, o que configurou esse quadro é o fato de não existir uma política contínua de incentivo ao ensino público no país.

“No Brasil 4% do produto interno bruto (PIB) é dedicado à educação. Em outros países da América Latina, como Cuba, esse percentual chega a 9%.”

Luiz Davidovich
Coordenador do Grupo de Trabalho sobre a Reforma da Educação Superior da Academia Brasileira de Ciências

Dados do Instituto Nacional de Estudos Pedagógicos (Inep) revelam que os cursos de graduação, classificados por matrículas e áreas do conhecimento, apresentaram no Brasil, em 2003, um desequilíbrio no ingresso de alunos. Segundo Davidovich, não existe uma distribuição de matrículas que atenda ao desenvolvimento do país. “No Brasil, 69% das matrículas são feitas em ciência humanas e sociais; 13% na área da saúde; 11% nas engenharias, 4% nas ciências exatas e somente 2% nas ciências agrárias. Sem desmerecer outras áreas do conhecimento, certamente precisamos incentivar as ciências da saúde, agrárias e exatas, se quisermos ter um crescimento tecnológico e industrial

no país”, disse o físico, reassaltando que o Brasil forma mais advogados que os Estados Unidos, Europa e Coréia do Sul juntos, porém a qualidade dos profissionais é baixa.

A reforma do ensino, para o coordenador do Grupo de Trabalho, vai além do Ministério da Educação; ela envolve outros ministérios, como o de Ciência e Tecnologia, que podem servir de alavanca para impulsionar o país. Uma política social e econômica também foi apontada por ele como uma das ações que facilitariam o processo de reforma. “No Brasil 4% do produto interno bruto (PIB) é dedicado à educação. Em outros países da América Latina, como Cuba, esse percentual chega a 9%”, comparou.

Davidovich também reconheceu que a avaliação e a qualidade não entram na matriz de financiamento das instituições federais de ensino superior. Essas instituições são mantidas por recursos públicos, que poderiam ser destinados a setores mais pobres da população mas que, no entanto, seguem para as universidades. O físico da UFRJ lamentou que uma avaliação do financiamento não estivesse presente no anteprojeto do Ministério da Educação.

Um ensino superior tecnológico de qualidade também foi defendido pelo físico. Ele mostrou que nos Estados Unidos o número de matrículas para essa área da educação superior é alto, o que indica que cursos menores, de dois anos, são valorizados naquele país e constituem uma alternativa para a profissionalização. “Além disso, esses cursos podem servir de ponte para o ingresso do aluno, mais tarde, na graduação de quatro anos, se for a sua opção.”

Educação como bem público

Segundo Davidovich, um dos pressupostos básicos para a reforma é pensar a educação como um bem público, razão pela qual o Estado deveria zelar pelo ensino. “Temos que admitir que a missão fundamental da educação superior é formar pessoas qualificadas para produzir um avanço do conhecimento científico do Brasil”, defendeu, criticando a primeira versão do projeto de reforma do MEC, que considerava a universidade como uma instituição de extensão, devendo atender às demandas específicas de grupos sociais. “A extensão deve funcionar como um projeto integrado e não de assistencialismo. O sistema de vestibular adotado por grande parte das instituições gera a especialização do aluno antes mesmo de ele prestar o exame para o ingresso à universidade. Porém, essa especialização fica obsoleta no momento em que o jovem se forma. O importante é o fortalecimento da diversidade do sistema de educação. A sociedade deseja instituições de qualidade que desenvolvam o país e formem verdadeiros profissionais”, advertiu.

Davidovich destacou a necessidade de constar, entre as prioridades da reforma, a inclusão social, que deveria começar com um reforço da educação de nível médio. O fornecimento de material didático e de cursos pré-vestibulares a comunidades carentes é uma das iniciativas defendidas pelo físico para promover a inclusão. Além disso, a seu ver, seria necessário utilizar um critério de admissão que levasse em conta o potencial de aprendizado e o rendimento escolar dos estudantes e que avaliasse o diferencial nas notas mínimas, sobretudo para os estudantes de instituições públicas.

“O aluno de escola pública é acima de tudo um sobrevivente e deve ser visto com mais atenção”, alertou.

Entre os novos paradigmas curriculares, o coordenador do Grupo de trabalho listou a formação sólida do estudante; a revisão da carga didática — que atualmente é muito pesada —; a estruturação curricular — baseada nas grandes áreas do conhecimento —; a interdisciplinaridade implementada pelas oficinas de trabalho; as disciplinas eletivas e a diversificação das instituições, que

“Quarenta anos depois, o que podemos esperar de nossas instituições de educação superior?

Em primeiro lugar, devemos preservar o que está funcionando bem, como a produção científica das instituições públicas; inovar e criar é a nossa obrigação como acadêmicos e intelectuais.”

Luiz Davidovich
Coordenador do Grupo de Trabalho sobre a Reforma da Educação Superior da Academia Brasileira de Ciências

podem apresentar ciclos de curta duração. O aperfeiçoamento dos professores e uma melhor oferta de trabalho também foram apontados como fatores de extrema importância para aprimorar a educação.

“É necessário traçar o perfil dos profissionais da educação para os próximos 20 anos no país”, insistiu Davidovich, lembrando que seria importante promover novas discussões baseando-se nos moldes dos ricos debates que aconteceram no passado. “Na década de 1950, houve no Brasil um movimento pela universidade de qualidade, que rendeu grandes discussões. Já nos anos 60, um simpósio sobre a educação superior promovido pela SBPC contribuiu para a criação da Universidade de Brasília (UnB)”, relatou. E atizou: “Novas fogueiras apagadas pela ditadura devem ser acesas.” O físico lançou ainda uma pergunta: “Quarenta anos depois, o que podemos esperar de nossas instituições de educação superior?”, à qual ele mesmo respondeu: “Em primeiro lugar, devemos preservar o que está funcionando bem, como a produção científica das instituições públicas; inovar e criar é a nossa obrigação como acadêmicos e intelectuais.”

Autonomia com responsabilidade

A contribuição das universidades brasileiras para o estudo fundamental foi ressaltada pelo biofísico Paulo Sérgio Lacerda Beirão, do Departamento de Bioquímica e Imunologia da Universidade Federal de Minas Gerais e coordenador do simpósio.

Para ele, a universidade tem que assumir responsabilidades, e o debate sobre a reforma deve caminhar junto das discussões políticas de modo a possibilitar o desenvolvimento do país.

Da platéia, Mário Araújo Filho, do Departamento de Engenharia Elétrica da Universidade Federal de Campina Grande, lamentou o fato de o MEC e o Governo Federal não se responsabilizarem pela escolha dos dirigentes de instituições de ensino superior no Brasil. “O Ministério da Educação foge das questões de qualidade do ensino e confunde a autonomia das universidades com a soberania”, protestou. Além disso, para Araújo, as avaliações das universidades feitas pelo MEC não conseguem distinguir quais instituições de fato apresentam bons cursos. Ele ainda defendeu o provão, que era anual e avaliava 100% dos alunos, substituído pelo plano de três anos, feito por amostragem. “Não existe objetividade por parte do Ministério da Educação”, reclamou.

Uma professora da rede particular de ensino superior presente na platéia levantou-se em defesa das instituições privadas: “Existem universidades que de fato são ruins, mas há também boas instituições particulares. É necessário que se faça uma avaliação séria desses órgãos de ensino”, ponderou. Davidovich respondeu que concordava com ela quanto a existirem algumas boas instituições privadas, mas reforçou que a maioria ainda apresenta péssimo desempenho.

Outro membro da platéia sugeriu que o espírito crítico fosse incentivado nas universidades, nos mesmos moldes do que acontece em instituições de outros países. O físico da UFRJ insistiu em sua defesa pela escola pública e na necessidade de que haja uma base mínima de concordância entre as entidades que debatem a reforma para que elas façam pressão no Congresso Nacional em prol de uma educação melhor.

“A universidade tem que assumir responsabilidades com relação ao ensino fundamental. O debate sobre a reforma deve caminhar junto das discussões políticas de modo a possibilitar o desenvolvimento do país.”

Paulo Sérgio Lacerda Beirão
Biofísico da Universidade
Federal de Minas Gerais

E D U C A Ç Ã O

SBPC encaminha propostas
ao MCT que reforçam valor da
pesquisa no ensino superior

Ciência na universidade

De janeiro a abril de 2005, a Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência (SBPC) realizou um levantamento junto ao Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas (Sebrae), aos ministérios e às agências de fomento à ciência e tecnologia para montar um panorama da área no Brasil. O estudo, intitulado 'Evolução recente da ciência brasileira', é apenas uma das etapas rumo ao objetivo final, que é formalizar propostas ao Ministério da Ciência e Tecnologia para apoiar as universidades e o desenvolvimento tecnológico nas próximas décadas. Os resultados dessa pesquisa, assim como reflexões a seu respeito, pontuaram o simpósio 'Ciência no Brasil na próxima década', coordenado pela socióloga Fernanda da Fonseca Sobral, do Departamento de Sociologia da Universidade de Brasília (UnB), e conselheira da SBPC, com a participação do físico Fernando Zawislak, do Instituto de Física da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), e do médico Gerhard Malnic, do Departamento de Fisiologia e Biofísica da Universidade de São Paulo (USP) e presidente da Federação de Sociedades de Biologia Experimental (Fesbe).

Duzentas páginas de dados sobre infra-estrutura em pesquisa compõem o levantamento realizado pela SBPC. Essas informações foram debatidas em maio, durante uma reunião da entidade, e os sócios presentes decidiram compartilhá-las com sociedades científicas de todas as áreas, em todo o Brasil.

“Enviamos relatórios e estamos esperando as respostas. Vamos reunir as sugestões das sociedades e criar um novo documento, que voltará a elas. A SBPC promoverá uma nova reunião em setembro, em São Paulo, quando discutiremos as diretrizes de um documento final, para ser enviado ao Ministério da Ciência e Tecnologia. Este deverá ficar pronto no início de outubro”, explicou Sobral.

O levantamento identificou diversos programas científicos em andamento no país, mas também apontou uma descoordenação e pulverização de ações. “Muitos programas se repetem”, disse a socióloga. Tornou-se evidente a necessidade de mais recursos para a pesquisa, de incentivo à continuidade de programas de fomento à ciência e tecnologia, de apoio institucional do governo às universidades públicas e de criação de novos laboratórios.

Alguns dados do levantamento apresentados pela professora da UnB foram: a) de 1980 a 2004, o Brasil participou com 0,2% e 1,7%, respectivamente, da produção científica mundial (dados da Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo); b) medicina, física e química são as disciplinas que têm maior número de publicações indexadas (publicadas em veículos especializados internacionais); c) o número de grupos de pesquisa passou de 1.500 em 1996 a 2.500 em 2004; d) grupos de pesquisa nas áreas de ecologia e genética estão em alta; e) as disciplinas que recebem mais investimento são engenharia, ciências humanas, biológicas e agrárias, nessa ordem; f) apesar de o número de grupos de pesquisa aumentar, de termos mais doutores em exercício e mais alunos matriculados em programas de pós-graduação, o número de bolsas não acompanha esse crescimento; g) o valor da bolsa de mestrado caiu muito nos últimos anos: em janeiro de 2005 o valor era de R\$ 800, enquanto em 1994 correspondia a R\$ 1.900 (correção feita com base no IPCA).

“Temos problemas como baixa produtividade tecnológica, incapacidade de manter investimentos em ciência e tecnologia na proporção do seu crescimento,

“Muitos programas científicos se repetem. O levantamento tornou evidente a necessidade de mais recursos para a pesquisa, de incentivo à continuidade de programas de fomento à ciência e tecnologia, de apoio institucional do governo às universidades públicas e de criação de novos laboratórios.”

Fernanda da Fonseca Sobral
Socióloga da Universidade
de Brasília

número de bolsas insuficiente e baixo investimento no fomento à pesquisa”, resumiu Gerhard Malnic.

Fernando Zawislak, por sua vez, dedicou-se a apresentar soluções para esses problemas. Ele apontou, por exemplo, a necessidade de melhorar o ensino médio brasileiro. Do contrário, observou, “não vamos alcançar o desenvolvimento científico, tecnológico e de inovação desejado”. Segundo ele, a reciclagem dos professores secundários depende 50% do governo e 50% dos professores universitários. “É necessário melhorar os salários do ensino médio e fundamental. No Rio Grande do Sul, pode-se oferecer reciclagem a todos os professores de física em quatro anos”, disse.

“Temos problemas como baixa produtividade tecnológica, incapacidade de manter investimentos em ciência e tecnologia na proporção do seu crescimento, número de bolsas insuficiente e baixo investimento no fomento à pesquisa.”

Gerhard Malnic
Presidente da Federação
de Sociedades de
Biologia Experimental

Na opinião do físico, também é preciso melhorar o ensino da graduação, tornando-o mais moderno e incorporando tecnologias de fronteira. Fundamental, porém, é estimular a interdisciplinaridade. “As profissões, hoje em dia, não são mais para o resto da vida. O profissional precisa saber de tudo um pouco.” O professor da UFRGS contou que, nos últimos anos, juntou-se a dois ou mais pesquisadores para estudar a física de materiais. Porém, o grupo não obteve apoio das agências ou da própria universidade. “As instituições não estão abertas para isso. Os pesquisadores vivem isolados em suas torres de marfim. É preciso que a interdisciplinaridade seja incorporada à agenda das universidades e das agências ou o grande desenvolvimento tecnológico de que necessitamos não acontecerá”, conclamou.

A psicóloga Dora Fix Ventura, do Departamento de Psicologia Experimental da USP e diretora da SBPC, apoiou o professor contando que coordena um grupo de pesquisa na área de neurociências na universidade, que, embora reúna um corpo docente da mais alta qualidade, obteve nota baixa na avaliação feita pela Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes). Zawislak lembrou que o grupo multidisciplinar ao qual pertence também obteve nota baixa da Capes. “As justificativas foram que o nosso grupo não tem biblioteca, laboratório ou professores em tempo integral.

Ora, cada um de nós usa os recursos do seu departamento. Não é preciso montar uma biblioteca para cada grupo de pesquisa”, protestou.

O físico da UFRGS também citou a necessidade de os cientistas se aproximarem do povo, de alfabetizá-lo cientificamente. “Isso ainda não é valorizado pela academia como deveria”. Ele defendeu que o sistema de concursos para o ingresso de pesquisadores nas universidades incentive a entrada de gente jovem. “Um departamento de pesquisa formado de cinquentões não tem futuro”, profetizou.

Zawislak acredita que a pesquisa na universidade deve ser espontânea, ou seja, que não se pode aprisionar ou dirigir a pesquisa. “Mas nada impede que haja linhas e incentivos para temas de interesse nacional. O Brasil tem boa pesquisa básica, mas não tem desenvolvimento tecnológico.” Outro problema, segundo o professor, é que os objetivos da universidade não combinam com os da indústria. “É absolutamente necessário que haja pesquisa na indústria nas próximas décadas. Em qualquer país desenvolvido, 70% dos doutores vão para a indústria. Hoje temos 3 milhões de indústrias, 20 mil absorvem tecnologia e 5 mil investem em pesquisa e desenvolvimento tecnológico. O governo deve permitir que o Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq) pague pós-doutorado para pesquisadores atuantes na indústria. É preciso investir em projetos de pesquisa nas indústrias, pois elas não têm capital de risco para isso”.

Para o físico, é primordial que o governo crie uma política clara de incentivo à pesquisa e à inovação. “Em ciência e tecnologia não existe ‘bonde perdido’.

Há 10 anos, a China estava como nós. Hoje, fabricam e vendem circuitos integrados como os Estados Unidos e outros países desenvolvidos”, observou Zawislak.

Um pesquisador estrangeiro presente na platéia disse que a solução para aumentar o número de patentes é criar pólos de pequenas indústrias ao redor das universidades. Incubadoras de empresas, a exemplo do que ocorre no Vale do Silício, nos

“Os pesquisadores vivem isolados em torres de marfim. A interdisciplinaridade deve ser incorporada à agenda das universidades e das agências ou o grande desenvolvimento tecnológico de que precisamos não acontecerá.”

Fernando Zawislak
Físico da Universidade Federal do Rio Grande do Sul

Estados Unidos. “A Microsoft começou nessas condições, com estrutura muito pequena”, lembrou.

A respeito da interdisciplinaridade, a geóloga Odete Silveira, do Programa Estadual de Gerenciamento Costeiro do Instituto de Pesquisas Científicas e Tecnológicas do Estado do Amapá, contou que necessita do trabalho de um botânico e de um oceanógrafo para ajudar a solucionar o problema da quantidade enorme de sedimentos que o rio Amazonas despeja na região, e que causa reflexos na Guiana e no

Suriname. “Quem sabe disso? Hoje em dia, a gente não sabe a quem recorrer na hora de reunir informações”, lamentou. Ela propôs que os pesquisadores questionem a gestão do sistema brasileiro de apoio à pesquisa, a fim de provocar mudanças. “Nem que seja um trabalho de 5, 10 ou 20 anos, precisamos colher esses frutos um dia.”

“Em ciência e tecnologia não existe ‘bonde perdido’. Há 10 anos, a China estava como nós. Hoje, fabricam e vendem circuitos integrados como os Estados Unidos e outros países desenvolvidos.”

Fernando Zawislak
Físico da Universidade Federal do Rio Grande do Sul

À distância, mas com eficiência

Com a invenção do livro, há cerca de 600 anos, pensava-se que a questão da educação estaria resolvida. Assim, por algum tempo, ter bibliotecas era fundamental para alimentar o saber. Porém, mais tarde, a história mostrou que a premissa não estava de todo correta. O relato do físico Ennio Candotti, presidente da Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência (SBPC), abriu o simpósio 'Educação à distância — por uma universidade aberta', que focalizou o uso das novas tecnologias a serviço da melhoria do ensino.

“Nos últimos séculos, a educação não deu o salto fundamental que se esperava e hoje o principal questionamento gira em torno do que há de errado com o acesso ao ensino”, disse Candotti. Segundo ele, os meios de comunicação e as redes de computadores são atualmente os grandes aliados na promoção da educação: “Essas ferramentas podem representar uma verdadeira mudança, semelhante à que aconteceu com a invenção do cinema — enquanto o teatro é feito através do contato direto com o público, o cinema exige um ritmo e um esquema de produção diferentes. Da mesma forma que não se pode impor uma linguagem cinematográfica ao teatro, o ensino à distância também não substitui o professor e, embora diferentes, podem se complementar”, defendeu.

O físico Ronaldo Motta, secretário de Educação à Distância do Ministério da Educação (MEC) e professor do

Departamento de Física da Universidade Federal de Santa Maria (UFSM), observou que esse tipo de ensino toma hoje um relevo cada vez maior. Em sua opinião, não se deve contrapor a educação presencial e a que se realiza sem o professor, pois uma é complemento da outra. “A educação à distância deve ser entendida como uma ferramenta útil e hábil; além disso, deve-se levar em conta a abrangência que os meios eletrônicos têm hoje para as pessoas”, disse. Para ele, o mais interessante é confrontar o ensino de formato tradicional e a educação que usa metodologias com maior flexibilidade. “A relação entre professores e alunos é um dos ritos humanos que menos sofreu mudanças ao longo dos séculos. O formato sempre foi o mesmo: alunos sentados e professor em evidência. A pergunta agora é: quanto tempo mais deve levar para que essa educação se modifique?”, questionou.

“Os meios de comunicação e as redes de computadores são atualmente os grandes aliados na promoção da educação. Essas ferramentas podem representar uma verdadeira mudança.”

Ennio Candotti
Presidente da Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência

quantos e professor em evidência. A pergunta agora é: quanto tempo mais deve levar para que essa educação se modifique?”, questionou.

Mudanças no quadro atual

Motta lembrou que, embora a educação presencial possa ter mudado pouco, ela tem apresentado um bom desempenho. Segundo ele, as novas tecnologias, uma vez incorporadas, podem potencializá-la. “Para isso, é necessário identificar qual a demanda e em que contexto se aplica, pois em todo tipo de educação uma parte é feita à distância. Esse modelo de educação exige um investimento maior na formação do professor, pois afinal é ele quem gera o conteúdo do material educativo.”

No Brasil, 60 mil professores em exercício efetivo não têm ensino médio, 350 mil não têm nível superior compatível com o exercício da profissão, cerca de 500 mil, embora tenham curso superior, não possuem a formação que corresponde à atividade docente que exercem, e cerca de 1 milhão de professores demandam capacitação imediata. “Esse quadro prova que a educação à distância deve estar aliada à qualidade”, alertou Motta. “Ela deve ser bem aplicada para que o produto final — o estudante formado — indique se o ensino foi eficiente.”

Para o secretário do MEC, a educação à distância pode funcionar bem no Brasil. Casos como o do nosso processo eleitoral, todo informatizado e o mais sofisticado do

mundo, são exemplos de como o brasileiro se adapta bem às novas tecnologias. “As urnas eletrônicas brasileiras funcionam bem, não apenas porque a tecnologia é boa, mas também porque o povo conseguiu se adequar bem ao *software*”, frisou o físico. Ele também lembrou que 97% das declarações do imposto de renda foram entregues via internet e que os bancos eletrônicos são utilizados pela maioria da população, sem problemas. “Diferentemente de muitos países que têm tecnologias avançadas, o Brasil não esbarra com dificuldades de uso. Algumas pesquisas apontam que os norte-americanos levam mais tempo para lidar bem com certas tecnologias do que os brasileiros, que as exploram com mais facilidade”, comparou.

Contudo, segundo o secretário do MEC, ainda não exploramos essa capacidade de incorporar novas tecnologias na educação: “Os professores têm dificuldade de se adaptar aos meios eletrônicos e muitas vezes entram em confronto com os alunos, que demonstram uma habilidade claramente superior.”

O papel da TV

Motta defendeu a TV digital como uma excelente ferramenta para implementar a educação à distância. “Se bem incorporada, essa tecnologia poderá ser uma verdadeira revolução para o ensino. Contudo, ela deve ser adequada e modulada às várias camadas da população. Uma pessoa com síndrome de Down, por exemplo, apreende a informação com menor velocidade do que uma pessoa sadia. Para esse público, a televisão pode ser modulada, com programas exibidos em outra frequência”, explicou o secretário do MEC, para quem a distribuição de DVDs para as escolas públicas do país também representa um bom investimento educacional. “O DVD permite uma manipulação melhor do conteúdo; com ele o professor pode digitalizar e escolher o que quer utilizar em sua aula.”

O físico da UFSM convidou os presentes para fazer uma reflexão: a televisão é um instrumento de caráter comercial ou educacional? De acordo com a Secretaria de

“Não se deve contrapor a educação presencial e a que se realiza sem o professor, pois uma é complemento da outra. A educação à distância deve ser entendida como uma ferramenta útil e hábil; além disso, deve-se levar em conta a abrangência que os meios eletrônicos têm hoje para as pessoas.”

Ronaldo Motta
Secretário de Educação
à Distância do Ministério
da Educação

Educação à Distância, a TV deve ser considerada como um instrumento auxiliar à educação. Projetos como os desenvolvidos pela TV Escola e pela TV Cultura, centrados no ensino para a população geral, são bons exemplos a serem seguidos. Segundo Motta, para entender a importância desse veículo de comunicação, é necessário criar um novo nível de interação com a sociedade. Uma proposta é a Universidade Aberta,

“As urnas eletrônicas brasileiras funcionam bem, não apenas porque a tecnologia é boa, mas também porque o povo conseguiu se adequar bem ao *software*; 97% das declarações do imposto de renda foram entregues via internet, e os bancos eletrônicos são utilizados pela maioria da população, sem problemas.”

Ronaldo Motta
Secretário de Educação
à Distância do Ministério
da Educação

projeto do MEC para desenvolver o ensino virtual no país, centrado nas universidades públicas. Já há uma negociação com as empresas estatais brasileiras para financiarem o programa, que, para o secretário, pode promover o acesso à educação superior em uma escala sem precedentes no país. “Serão 96 pólos, com centros de teleconferências espalhados pelo Brasil, favorecendo o ensino à distância.”

O presidente da TV Cultura, o advogado Marcos Mendonça, disse que o Brasil é um país surpreendente e capaz de uma produção tecnológica fantástica. “A televisão tem um papel fundamental, pois ela está presente em 95% das casas do país, ou seja, é um meio de comunicação que marca a realidade da população brasileira”, afirmou. Ele disse ainda que pesquisas recentes feitas no Brasil apontam que as crianças ficam cerca de quatro horas por dia diante da TV e que esse tempo é maior do que o dedicado à escola. “Por essa razão, a televisão é uma ferramenta fantástica, com grande potencial para incorporar valores positivos nas crianças.”

Mendonça lamentou que todos os programas televisivos destinados ao público infantil no país sejam importados e que não exista produção brasileira nesse sentido. “Um exemplo são os desenhos animados: a maioria dos programas desse gênero exibidos no país são produzidos em outros países”, exemplificou. Segundo ele, o único programa dedicado a crianças produzido no país e exibido na televisão aberta atualmente é o *Sítio do pica-pau amarelo*, da emissora Globo. Contudo, em sua opinião, a TV aberta deveria ser a vitrine de nossa cultura.

“Mudar esse quadro no país é fundamental. Nada do que se exhibe na televisão hoje possibilita uma identificação nacional. Não existem programas que tragam animais brasileiros, lendas e cultura nacionais, como histórias de personalidades importantes do país.”

Para o presidente da TV Cultura, é necessário que o foco se concentre na produção nacional. Além disso, é preciso, a seu ver, que haja um esforço para inserir no quadro de programações culturais do país produtos agradáveis e que permeiem a sensibilidade da criança, despertando sua curiosidade e seu interesse para determinados programas. “É preciso incentivar o aprendizado de nossa história, de nossa língua e de valores positivos. O que vemos hoje é um massacre de conteúdo negativo sobre as crianças: promovemos a competição, a violência, a disputa permanente, deixando as crianças estressadas e com valores distorcidos.”

Mendonça apresentou uma razão histórica para a falta de programas infantis na TV brasileira. “A televisão no país já nasceu com um caráter comercial. As propagandas, por sua vez, são mais voltadas para os adultos, que têm poder aquisitivo e, portanto, podem consumir”, esclareceu. “Assim, a criança não é vista como alvo de publicidade, razão por que o programa infantil não interessa aos patrocinadores. Abandonamos as nossas crianças, que não têm opção cultural na TV aberta e que poderiam adquirir um enorme conhecimento através dela”, protestou.

O psicólogo Mauro Garcia, diretor de programação da TV Cultura, mostrou que a presença da televisão na maioria das casas da população brasileira traz uma responsabilidade. Ele reforçou a afirmação de Mendonça, observando que a televisão no Brasil nasceu, em 1950, com caráter comercial, diferentemente de outros países, como os da Europa, que tiveram no início uma formação pública. “Boa parte da população brasileira foi alfabetizada dentro de uma lógica comercial, tanto que nossa referência de televisão hoje é a TV Globo, uma emissora privada. Esse fator faz a grande diferença”.

Garcia lembrou ainda que a primeira TV educativa no Brasil — a TV Universitária de Pernambuco — surgiu no fim da década de 1960. Depois apareceram a TV Cultura,

“A televisão tem um papel fundamental na educação, pois ela está presente em 95% das casas do país, ou seja, é um meio de comunicação que marca a realidade da população brasileira.”

Marcos Mendonça
Presidente da TV Cultura

em 1965, e a TV Educativa, na década de 1970. Muito antes de se falar em educação à distância, a televisão já tinha um papel importante e, inclusive, procurava alfabetizar os telespectadores. Programas como o Movimento Brasileiro de Alfabetização (Mobral) deram, a seu ver, grande contribuição para o ensino à distância. “Em muitos casos, a televisão era o único veículo de informação, como é até hoje para muitas pessoas. Porém, esses programas devem ser acompanhados de uma política que enxergue

“A presença da televisão na maioria das casas do povo brasileiro traz uma responsabilidade. (...)

Boa parte da população do país foi alfabetizada dentro de uma lógica comercial, tanto que nossa referência de televisão hoje é a TV Globo, uma emissora privada.

Esse fator faz a grande diferença.”

Mauro Garcia
Diretor de programação
da TV Cultura

que as televisões públicas são prioridade e têm um papel transformador da sociedade. Por isso, essas redes devem ter conteúdo relevante e valores positivos, pois são ferramentas de apoio ao professor”, ensinou.

O diretor de programação da TV Cultura pontuou as iniciativas da emissora no apoio à educação. “Foram lançados seis novos programas infantis, dentro das 10 horas dedicadas às crianças. Um deles é o *Baú de história*. No programa, é desenvolvido todo o universo lúdico das histórias clássicas. Em cena, os atores utilizam várias técnicas, como a manipulação de bonecos e alguns recursos gráficos que chamam a atenção das crianças”, relatou. “O interessante é mostrar a cara do Brasil para esse público, a nossa música, as nossas lendas e a nossa história.”

Questionado por um membro da platéia sobre se a educação à distância substituiria a presencial, o secretário Ronaldo Motta disse que devemos ter a capacidade de discutir conhecimento de alto nível criativo e incentivador, para que os professores da pré-escola, do ensino fundamental e do ensino médio possam fazer dos meios de comunicação instrumentos de revolução educacional. “Essa discussão deve ser racional

e partir do princípio de que não há educação sem o professor, que é o conteudista do ensino à distância”, defendeu. Para ele, os cursos à distância só podem ser de qualidade se o professor for bem formado; por isso, é necessário investir na educação do docente. “Não deve existir conflito entre a educação à distância e a presencial e sim ver nos meios de comunicação um complemento educacional.”

Como educar talentos no Brasil

Discutir, mostrar iniciativas já existentes e sugerir novas políticas para pessoas com inteligência acima da média foi o objetivo do simpósio 'Políticas públicas para identificação e educação de superdotados: como educar talentos', que reuniu especialistas em superdotação para debater as ações implementadas no país.

"Lidar com alguém com inteligência superior à média não é tarefa fácil. Uma pessoa superdotada demanda uma série de ações para que sua capacidade seja aproveitada", disse a psicóloga Eunice Maria Lima Soriano de Alencar, da Pró-reitoria de Pós-graduação e Pesquisa da Universidade Católica de Brasília, que coordenou o simpósio. Ela mostrou sua experiência em pesquisa com superdotados e ressaltou que o interesse por alunos talentosos está crescendo no Brasil, o que julga excelente, uma vez que esses estudantes podem trazer grandes contribuições para o desenvolvimento da nação.

Para Alencar, o termo 'talentoso' é o mais apropriado para designar esses indivíduos, pois remete ao desenvolvimento de habilidades. "Seja qual for a denominação — superdotados, supernormais, prodígios, gênios, precoces ou com altas habilidades —, diante dessas pessoas é preciso saber que uma boa educação para todos não significa uma educação idêntica para todos", alertou. Mas, a seu ver, é necessário antes de tudo identificar os problemas que os

talentosos possam ter, como desequilíbrios emocionais e dificuldades sociais. “O ambiente em que esse indivíduo está envolvido influencia seu desenvolvimento. O papel da família, da escola e da sociedade nesse sentido é fundamental”, reforçou.

Políticas públicas no Brasil

A educadora Cristina Maria de Carvalho Delou, do Centro de Estudos Sociais Aplicados da Universidade Federal Fluminense (UFF), descreveu as políticas públicas e

“Seja qual for a denominação — superdotados, supernormais, prodígios, gênios, precoces ou com altas habilidades —, diante dessas pessoas é preciso saber que uma boa educação para todos não significa uma educação idêntica para todos.”

Eunice Maria Lima Soriano de Alencar
Psicóloga da Universidade Católica de Brasília

as ações governamentais e não-governamentais aplicadas no Brasil ao longo dos anos. Ela ressaltou que a preocupação e as decisões políticas em relação aos alunos superdotados não são novas. “No Rio de Janeiro, elas existem desde 1929, quando a cidade ainda era capital federal — antigo estado da Guanabara —, antes da reforma estadual. “Naquela época, foi acrescentado à lei educacional do estado o atendimento aos alunos com inteligência acima da média. Foi a primeira vez em que se registrou legalmente no Brasil a previsão de atendimento com amparo legal para os alunos com necessidades educacionais especiais”, contou. Ela relatou que antes disso só existia uma seleção, no estado de Pernambuco, para alunas da escola normal, através de testes de inteligência. “Tudo isso está registrado na literatura da psicologia, da educação e das pesquisas sobre esse tipo de avaliação. Mas essas iniciativas eram locais; não tinham abrangência nacional.”

A primeira ação em âmbito nacional só veio em 1961: a Lei de Diretrizes e Bases da Educação, a LDB 4.024, que incluiu alunos com necessidades educacionais especiais e os superdotados. Outras ações seguiram-se a ela. Em 1971, a Lei 5.692 propunha um tratamento especial para os alunos com inteligência acima do normal, de acordo com as normas fixadas pelos conselhos estaduais e municipais de educação, que definiram políticas de ação para os superdotados. Com isso, o então Ministério de Educação e

Cultura (MEC) criou uma comissão para estabelecer critérios de identificação e atendimento aos alunos com necessidades educacionais especiais como área prioritária da educação especial. Finalmente, em 1994, a Declaração de Salamanca — que assegura que a educação especial seja parte integrante do sistema educacional — foi publicada pelo MEC, promovendo a inclusão dos alunos bem dotados, expressão utilizada na declaração para definir os alunos superdotados.

“Atualmente não existem políticas nacionais para alunos especiais. Existe, sim, uma política de editais que exclui princípios que viabilizem as ações para educação, o atendimento e a inclusão dos alunos com necessidades especiais”, reclamou Delou. Segundo ela, o que funciona no país são ações independentes. Para fundamentar sua afirmação, ela citou algumas instituições, como a Associação Brasileira para Superdotados (ABSD) — entidade criada em 1994 para estudos e pesquisas da inteligência, talento, criatividade e altas habilidades — e o Conselho Brasileiro para Superdotação (Conbrasd), criado em 2003 para a integração e o estímulo dos indivíduos mais capazes com o seu talento e com a sociedade. Essas entidades não-governamentais visam ao bem-estar e ao desenvolvimento de alunos superdotados em todo o país.

No Brasil, 0,3% do alunado matriculado nas escolas do ensino fundamental foi identificado como tendo inteligência acima da média, segundo dados obtidos pelo senso escolar feito pelo MEC. Para Delou, há uma desproporção nesse índice, pois aponta somente 2.006 alunos com inteligência acima da média em todo o país, que tem cerca de 180 milhões de habitantes. A razão dessa desigualdade, em sua opinião, está na relação que a maioria das pessoas faz entre a superdotação e alguns mitos, como o da loucura, e que se transformam em barreiras intransponíveis. Além disso, ela citou a falta de espaços educacionais para o atendimento das crianças de zero a seis anos que podem ser potenciais superdotados; de métodos educacionais específicos; de regulamentos para a aceleração dos estudos e de políticas de formação de professores inclusivos.

“Atualmente não existem políticas nacionais para alunos especiais. Existe, sim, uma política de editais que exclui princípios que viabilizem as ações para educação, o atendimento e a inclusão dos alunos com necessidades especiais.”

Cristina Maria de
Carvalho Delou
Educadora da Universidade
Federal Fluminense

“Existe uma desatenção para a linha de pesquisa em educação especial que impossibilita atender a demanda emergencial com relação aos alunos com essas necessidades educacionais no país”, advertiu.

O fenômeno da superdotação

A psicóloga do ensino Denise de Souza Fleith, do Instituto de Psicologia da Universidade de Brasília, ressaltou que existe um interesse crescente pelo que chamou de ‘fenômeno da superdotação’, tanto no cenário nacional quanto no internacional, mas lembrou que ainda falta informação e conhecimento. Segundo ela, uma inteligência

“Existe uma desatenção para a linha de pesquisa em educação especial que impossibilita atender a demanda emergencial com relação aos alunos com essas necessidades educacionais no país.”

Cristina Maria de
Carvalho Delou
Educadora da Universidade
Federal Fluminense

acima da média não é sinônimo de genialidade nem de melhor desempenho escolar ou ótimo resultado em todas as áreas do conhecimento. “Gênio é um termo que deve ser utilizado para os adultos que deram sua contribuição para a sociedade e quebraram os paradigmas de sua época, como o físico Albert Einstein, com sua teoria da relatividade”, definiu.

Identificar um aluno superdotado é um dos problemas apontados por Fleith. Esse tipo de aluno pode não apresentar bom desempenho escolar, e os professores costumam encaminhar para os programas especiais de superdotados aqueles que apresentam as melhores notas. Entretanto, estudantes com outros talentos nem sempre são avaliados. “Alunos com desempenho na média ou até abaixo dela podem também ser considerados especiais de acordo com alguns critérios”, observou a psicóloga. Ela ainda es-

clareceu que não existe um perfil único para os superdotados e que os alunos não se desenvolvem por si.

Fleith lamentou os poucos programas e serviços disponíveis para atender esses estudantes. “O trabalho com o aluno com inteligência acima da média deve ser voltado para seu desenvolvimento cognitivo, emocional e social e não só para as questões acadêmicas”, afirmou. Para ela, esses alunos muitas vezes são desmotivados pelo modelo educacional, que não é adequado para implementar sua inclusão. “A superdotação é o resultado da combinação de habilidades para certa tarefa e o

envolvimento ou a motivação pela mesma. O superdotado não é apenas um indivíduo altamente inteligente; existe um potencial que deve ser identificado e trabalhado desde cedo para ser bem desenvolvido”, explicou.

Em sua experiência como psicóloga do Programa de Atendimento ao Aluno Superdotado, da Secretaria de Estado da Educação do Distrito Federal, Fleith pontuou o interesse no trabalho com os alunos talentosos. “O objetivo do programa é oferecer oportunidades para o desenvolvimento do potencial e das habilidades dos alunos identificados como superdotados”, afirmou. Além disso, o programa visa promover o desenvolvimento social e o ajustamento escolar, expor o aluno a experiências e informações que extrapolem o currículo habitual.

O Programa de Atendimento ao Aluno Superdotado segue um modelo teórico — chamado ‘modelo triádico’, que concebe a superdotação como resultado da interação de três princípios que englobam aspectos acadêmicos e afetivos: habilidade acima da média em qualquer área, criatividade e envolvimento com a tarefa. “Essa é uma nova forma de conceber a superdotação, que deixa de lado a tradição de que o aluno talentoso é somente um indivíduo altamente inteligente. O estudante deve ser, acima de tudo, motivado para fazer bem aquilo para o que tem aptidão”, explicou.

O programa atende 900 alunos da educação infantil ao ensino médio de escolas públicas e particulares. São oferecidas atividades explanatórias com temas que despertam a atenção dos alunos e que não fazem parte do currículo escolar, além de palestras e excursões. Com isso, o desenvolvimento das habilidades acontece a partir do interesse do aluno. “Os estudantes se tornam investigadores de problemas reais. Eles criam seus próprios projetos, e os professores são capacitados para lidar com esses alunos”, afirmou.

Preparar os familiares para identificar os talentos também é um dos serviços do programa. Para que pais e parentes próximos possam ajudar a desenvolver as

“A superdotação é o resultado da combinação de habilidades para certa tarefa e o envolvimento ou a motivação pela mesma. O superdotado não é apenas um indivíduo altamente inteligente; existe um potencial que deve ser identificado e trabalhado desde cedo para ser bem desenvolvido.”

Denise de Souza Fleith
Psicóloga do ensino da
Universidade de Brasília

habilidades de suas crianças, são promovidos encontros para mostrar como se deve lidar com elas em casa. “São apresentadas informações e as famílias podem dialogar entre elas para trocar experiências”, contou Fleith.

Ações voltadas para os alunos talentosos

Um dos órgãos voltados para a promoção e o desenvolvimento de crianças talentosas no país é o Instituto Social Maria Telles (Ismart), entidade privada sem fins lucrativos destinada a identificar alunos de baixa renda que queiram aprimorar seus estudos. Mantida por um grupo de empresários, a instituição desenvolve projetos em vários estados, como Rio de Janeiro, São Paulo e Ceará, que trabalham com alunos de

“Muitas escolas acham que retirar os alunos talentosos das escolas municipais é um tipo de exclusão e que a política deveria ser de oportunidade para todos.”

Inês França
Psicóloga do Instituto Social
Maria Telles

escolas públicas com inteligência acima da média. Para ter acesso aos programas do Ismart, os estudantes passam por processos de seleção nas áreas de matemática e português, em que são avaliados seu raciocínio e competência. Além disso, o instituto faz entrevistas e dinâmicas de grupo com o objetivo de encontrar alunos que, além de ter um potencial intelectual, mostrem qualidades, como espírito de liderança, curiosidade e capacidade de questionamento.

Um dos projetos implementados pelo Ismart, o Espaço Talento funciona no Rio de Janeiro e atende a 130 crianças e jovens, distribuídos entre a primeira série do ensino fundamental e o segundo ano do ensino médio. A psicóloga Inês França, do Ismart, ressaltou que a entidade foi criada para contemplar alunos que não têm fácil acesso ao ensino de qualidade. “Com essa chance, os estudantes de escolas públicas têm a oportunidade de transpor as barreiras que venham a encontrar no vestibular”, afirmou, lembrando que o compromisso social do Ismart é preparar o aluno para a vida acadêmica e acompanhá-lo até a vida profissional, oferecendo-lhe a oportunidade de que ele se desenvolva sem ter que se preocupar com pagamentos ou com trabalho.

Para oferecer todas essas possibilidades aos alunos de baixa renda, o Ismart firma parcerias com as secretarias de educação dos estados contemplados com os seus projetos. Mas, segundo França, esse apoio ainda é difícil. “Muitas escolas acham

que retirar os alunos talentosos das escolas municipais é um tipo de exclusão e que a política deveria ser de oportunidade para todos. O Ismart entende que esse é um papel do governo, não de uma entidade privada como a nossa”, defendeu.

Aberto o debate, Eunice Alencar reforçou a necessidade de desenvolver os talentos das crianças superdotadas desde a primeira idade. “É preciso identificar a precocidade e ver o indício de superdotação e, para isso, é preciso expor as crianças às diversas áreas do conhecimento e perceber seu desempenho.”

Uma pessoa da platéia perguntou à mesa sobre como é possível identificar a superdotação em crianças até seis anos. Denise Fleith disse que um diagnóstico nessa faixa etária é muito difícil, mas pode ser feito através de ações diversificadas, como o reconhecimento e o desenvolvimento dos potenciais do aluno. Para isso, são aplicados jogos interativos e adotam-se outras atividades que não envolvam a leitura. “A criança precoce pode vir a ser um superdotado, mas nem todas se transformam em um. Porém, todos os indivíduos com inteligência acima do normal foram crianças precoces; portanto, deve-se ter atenção maior com aquelas que falam mais cedo ou que apresentam um desenvolvimento acelerado”, observou Fleith.

Experiências importantes de quem trabalha há muito tempo com superdotados foram apresentadas também por Cristina Delou. Uma das perguntas que surgiram foi a respeito da educação infantil e a seleção de crianças com inteligência acima da média. Ao que ela respondeu: “A criança talentosa apresenta comportamentos peculiares e prefere, muitas vezes, fazer algo diferente de tudo aquilo que está sendo promovido na escola, como ler em vez de brincar. Isso causa um estranhamento e a criança geralmente é induzida a fazer o que todos os alunos estão fazendo. “É preciso investir na formação dos professores para que eles estejam preparados para essas situações”, afirmou.

“A criança precoce pode vir a ser um superdotado, mas nem todas se transformam em um. Porém, todos os indivíduos com inteligência acima do normal foram crianças precoces; portanto, deve-se ter atenção maior com aquelas que falam mais cedo ou que apresentam um desenvolvimento acelerado.”

Denise de Souza Fleith
Psicóloga do ensino da
Universidade de Brasília

E D U C A Ç Ã O

Educação de jovens e adultos
vai além da alfabetização,
possibilitando sua melhor
inserção no contexto social

Outras ações da universidade

O trabalho da universidade vai além da mera formação de profissionais para o mercado de trabalho. Ela contribui também com ações que promovem a alfabetização e a educação de jovens nos ensinos fundamental e médio, facilitando, dessa forma, o ingresso dos alunos que não tiveram acesso à educação básica na universidade e na vida acadêmica. Para conferir essas iniciativas, representantes de órgãos ligados a algumas universidades brasileiras estiveram presentes no simpósio 'Políticas afirmativas na área de alfabetização através de ações extensionistas na universidade'.

A lingüista Stella Maris Bortoni-Ricardo, coordenadora de alfabetização e linguagem do Centro de Formação Contínua de Professores (CFORM) da Universidade de Brasília (UnB), apresentou o resultado das ações feitas pelo CFORM junto aos docentes. Iniciativa do Ministério da Educação (MEC), do Serviço Social da Indústria (Sesi) e da Secretaria de Estado da Educação do Distrito Federal, o CFORM tem como objetivo articular meios que contemplem as necessidades de formação dos professores ao longo de sua vida profissional, oferecendo para isso cursos de aperfeiçoamento. Organizados em módulos, com o apoio de material didático impresso, em vídeo e em CD-Rom, os cursos podem ser semipresenciais ou ministrados à distância, conforme a disponibilidade do professor que queira se aprimorar.

Tendo como público alvo os docentes das séries iniciais dos primeiro e segundo ciclos do ensino fundamental, os cursos do CFORM também possibilitam que outras instituições de ensino superior promovam cursos de formação de professores e de especialização. Para isso, existe a Rede Nacional de Formação Continuada de Professores da Educação Básica, que possibilita o acesso aos cursos. “Mostrar ao docente como desenvolver as habilidades de seus alunos, promovendo, em primeiro lugar, sua capacidade de ensinar é a nossa proposta”, disse Bortoni-Ricardo.

Segundo dados do Sistema Nacional de Avaliação da Educação Básica (Saeb) do estado de São Paulo, muitas crianças são vítimas da incapacidade dos professores de ensinar. No Brasil, há uma defasagem em relação à idade das crianças e a série que deveriam estar cursando. A maioria dos alunos que se encaixam nessa inadequação é oriunda de famílias que não tiveram acesso à educação básica. Para os alunos mais velhos, um modelo educacional voltado para a experimentação é eficaz. “Em sala de aula, o professor tanto pode aplicar um exercício em linguagem oral ou escrita, quanto pode propor um passeio com a turma, promovendo outro tipo de aprendizado”, esclareceu a lingüista da UnB. “Depois do passeio, as crianças podem compor um texto em parceria com toda a classe, a partir das impressões colhidas na excursão. Esse é um excelente exercício, que permite agregar conceitos de sociologia e fazer comparações entre os alunos sobre os diversos modos de falar, que costumam ser menos presentes do que os de escrever”, defendeu Bortoni-Ricardo.

“Mostrar ao docente como desenvolver as habilidades de seus alunos, promovendo, em primeiro lugar, sua capacidade de ensinar, é a proposta do Centro de Formação Continuada de Professores.”

Stella Maris Bortoni-Ricardo
Lingüista da Universidade
de Brasília

Jovens e adultos na mira

A lingüista Maria Cecília de Magalhães Mollica, da Faculdade de Letras da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), apresentou o projeto Educação de Jovens e Adultos (EJA) promovido no estado do Rio de Janeiro, iniciativa de Pró-reitoria de Extensão da UFRJ. Além da Faculdade de Letras, outros institutos, como o de Matemática, também estão envolvidos no programa. Atualmente, a Comunidade da Maré,

localizada nas proximidades do bairro de São Cristóvão (RJ), foi escolhida para ser contemplada pelo EJA. O projeto é estendido a essa população, composta em sua maioria por imigrantes nordestinos que não tiveram possibilidades de freqüentar a escola. “Esses jovens vieram do Nordeste, nas décadas de 1960 e 1970, com a esperança de um mundo melhor e acabaram ficando à margem da sociedade”, lamentou Mollica.

O objetivo do EJA é promover a escolaridade do indivíduo que não teve acesso à educação convencional — uma população mais velha —, através do letramento social, ou seja, do desenvolvimento da sua cultura oral. “O indivíduo que não teve

**“O indivíduo que não
teve acesso à escola,
ao contrário do que
muitos pensam,
também é letrado.
Mas sua aprendizagem
foi constituída a partir
de outra ordem.
Ele adquiriu cultura
através de sua
experiência com
a linguagem.”**

Maria Cecília de
Magalhães Mollica
Lingüista da Universidade
Federal do Rio de Janeiro

acesso à escola, ao contrário do que muitos pensam, também é letrado. Mas sua aprendizagem foi constituída a partir de outra ordem. Ele adquiriu cultura através de sua experiência com a linguagem”, afirmou Mollica.

Além de incentivar o retorno ao ensino, o EJA também verifica o grau de evasão dos jovens e adultos das escolas. Para atraí-los, aplica métodos utilizados no dia-a-dia dos alunos, como a leitura de jornais e revistas, que têm a função de iniciá-los na linguagem matemática. “Há um potencial de entendimento no letramento social, que não é aproveitado quando o indivíduo se dispõe a seguir o ensino tradicional. É preciso implementar novos projetos de educação para jovens e adultos. O antigo Movimento Brasileiro de Alfabetização (Mobral), promovido pelo governo federal na década de 1960, por exemplo, foi uma boa iniciativa”, afirmou Mollica.

O EJA também se estende a outros estados. A experiência do Programa de Educação de Jovens e Adultos no Ceará foi apresentada pela lingüista Maria Elias Soares, do Centro de Humanidades da Universidade Federal do Ceará (UFC). A iniciativa do MEC, para ela, engloba muito mais do que a alfabetização; permite ao cidadão interagir com a sociedade e, dessa maneira, participar do contexto social.

Segundo Soares, o letramento é estabelecido quando um determinado grupo social domina a linguagem escrita e oral e sua aplicação social. “Na sociedade

existem graus de aprendizagem diferentes. Um adulto e uma criança demandam condições de ensino distintas”, ressaltou. Para a lingüista da UFC, o cotidiano expressa realidades que contribuem para as práticas da escrita e da oralidade. “O simples ato de pegar um ônibus exige um domínio da linguagem para identificar o número e o nome do veículo”, observou e apontou ainda as barreiras encontradas no ensino de adultos. “A condição de ‘não-criança’, de excluído da escola, de oriundo de um grupo social excluído, sem emprego, negro, pobre é uma das dificuldades que encontramos na educação de pessoas fora da faixa etária escolar.

A necessidade dos alunos de aprender a assinar o nome é mais importante para eles do que parece, pois legitima a cidadania”, completou.

“O letramento é estabelecido quando um determinado grupo social domina a linguagem escrita e oral e sua aplicação social. Na sociedade existem graus de aprendizagem diferentes. Um adulto e uma criança demandam condições de ensino distintas.”

Maria Elias Soares
Lingüista da Universidade
Federal do Ceará

CIÊNCIA POLÍTICA

Reconhecer a diversidade étnica e cultural é a base para construir uma sociedade menos desigual

Pela afirmação da diferença

O Brasil é um país conhecido por sua diversidade, que, muitas vezes, se traduz na desigualdade de tratamento e de oportunidades para determinados grupos. Para fomentar a discussão sobre esse problema, especialmente as questões relativas às minorias nacionais e étnicas, e apresentar propostas alternativas para solucioná-lo, cientistas sociais se reuniram no simpósio 'Diversidades e desigualdades no Brasil: ações afirmativas'. O debate, que tratou das chamadas políticas compensatórias e sua aplicação aos povos indígenas e aos negros, reforçou a necessidade do reconhecimento da diversidade étnica e cultural como forma de garantir os direitos de todos os segmentos da população e construir uma sociedade mais justa e democrática.

A socióloga Elizabeth Beserra Coelho, do Departamento de Sociologia e Antropologia da Universidade Federal do Maranhão, ressaltou que as políticas compensatórias se inserem em um contexto de construção de uma sociedade mais justa, ou seja, são uma forma de eliminar uma situação considerada socialmente injusta. Ela lembrou que a discussão sobre ações afirmativas aciona basicamente dois posicionamentos que se confrontam. De um lado, o argumento de que uma política preferencial estaria contradizendo o princípio da igualdade. De outro, a idéia de que o reconhecimento da igualdade universal e recíproca é imperfeito quando se aplica a uma sociedade plural ou a um estado plurinacional, que

envolve um conjunto de pessoas diferenciadas étnica ou culturalmente, sujeitas a discriminações passadas ou presentes que podem se refletir de modo negativo sobre os indivíduos pertencentes a esses grupos.

Mas a pesquisadora disse que não pretende se limitar a esse confronto. “Parto da pluralidade cultural que constitui o Estado brasileiro, focalizando um aspecto específico dessa pluralidade: as minorias nacionais”, esclareceu. Segundo ela, as minorias são nações inseridas em um Estado nacional que não admite a existência de outras nações em seu interior. “Para construir uma reflexão sobre essa questão, uso os conceitos de cidadania, identidade e interculturalidade, procurando mostrar direitos que questionam direitos.”

Segundo Coelho, o Estado brasileiro, como todos os Estados que se afirmam nacionais, inspira-se no discurso universalista fundado no princípio do indivíduo como a medida de todas as coisas. Com a Constituição Federal de 1988, a hegemonia universalista foi rompida pela aprovação de direitos específicos em função dos grupos, abrindo caminho para a elaboração de políticas compensatórias. “Esse rompimento ocorreu em um campo de lutas, onde se manifestou a tensão entre a tradição liberal dos direitos humanos, de viés universalista, e o respeito aos direitos específicos, de viés particularista”, explicou. No entanto, ela disse que a vertente universalista não foi totalmente excluída. “As orientações universalistas da Constituição prevaleceram sobre as entidades étnicas e culturais específicas. Há, por exemplo, referências aos negros e índios usando os termos grupos e comunidades, e não povos e nações, cujo sentido jurídico pode ser associado à idéia de soberania e de organização em nível de Estado.”

“Seria complicado pensar em ações afirmativas para os povos indígenas, pois essas políticas pressupõem o reconhecimento de desigualdades construídas socialmente. Não é por acaso que os debates em torno das ações compensatórias abordam quase sempre os negros. Para que tais políticas sejam implantadas, é necessário que as desigualdades sejam raciais, étnicas, de gênero, de classe ou de casta.”

Elizabeth Beserra Coelho
Socióloga da Universidade
Federal do Maranhão

Para ela, o resultado final revela o reconhecimento de direitos diferenciados para ‘grupos étnicos’, em resposta à demanda dos movimentos sociais e étnicos que participaram da Assembléia Constituinte.

Coelho afirmou que seria complicado pensar em ações afirmativas para os povos indígenas, pois essas políticas pressupõem o reconhecimento de desigualdades construídas socialmente. “Não é por acaso que os debates em torno das ações compensatórias abordam quase sempre os negros. Para que as políticas de ação afirmativa sejam implantadas, é necessário que as desigualdades sejam raciais, étnicas, de gênero, de classe ou de casta.” Mas ela explicou que os povos indígenas não são excluídos na nossa sociedade, eles constituem sociedades diferenciadas, com línguas, sistemas políticos e organizações sociais diferentes. “Ao considerarmos que os povos indígenas estão subordinados ao Estado brasileiro, mas não são parte da sociedade brasileira, fica complicado acionar a categoria compensação, inspirada em uma situação de desigualdade”, concluiu.

A socióloga disse que, quando se analisa a relação das sociedades indígenas com a sociedade brasileira, pode-se perceber sua situação minoritária. Segundo ela, a referência que se toma é o acesso ao poder e às decisões no âmbito do Estado. Mas seria preciso destacar também que a inserção das sociedades indígenas no Estado brasileiro ocorre de forma arbitrária e colonialista. “Esse contexto faz com que a relação que essas sociedades mantêm com o Estado seja meramente formal e jurídica, decorrente do princípio do *jus solis*, que determina como brasileiro aquele que nasce em território nacional”, acrescentou. E alertou: “Tomar uma suposta situação de desigualdade para acionar políticas compensatórias para povos indígenas em nome da concessão de direitos de cidadania, até então considerados negados, pode significar novas formas de opressão e colonização.”

Minorias nacionais

Para Coelho, o termo mais adequado para se referir aos povos indígenas é minoria nacional, que caracteriza exatamente uma nação em situação minoritária. “Não se trata, portanto, de grupos étnicos inseridos à força em uma sociedade, como é possível pensar no caso dos afro-americanos ou das colônias de imigrantes”, exemplificou. Segundo ela, para esses grupos as políticas compensatórias não fazem sentido. “Para as minorias nacionais faria mais sentido pensar em ações afirmativas que permitissem a expressão das diferenças no contexto do Estado, como as diferenças de

línguas, de formas de propriedade, de organização política, de sistemas de representação, de relações de parentesco etc.”

A socióloga ressaltou que, apesar de a Constituição Federal ter formalizado o reconhecimento da pluralidade do Estado brasileiro, os princípios que a fundamentam não fazem referência a essa pluralidade. Eles remetem à soberania, à cidadania, à dignidade da pessoa humana, aos valores sociais do trabalho e da livre iniciativa e ao pluralismo político. “Da mesma forma, entre os objetivos fundamentais da Carta Maior não consta o respeito à diversidade étnico-cultural”, acrescentou.

Segundo a pesquisadora, o discurso de reconhecimento da pluralidade surge, de forma pontual, no capítulo VIII da Constituição, dedicado aos índios. Ela citou o artigo 231, que reconhece a organização social, os costumes, as línguas, as crenças e as tradições indígenas, bem como os direitos originários sobre as terras que esses povos tradicionalmente ocupam, estabelecendo a competência da União para demarcá-las e para proteger e fazer respeitar todos os seus bens.

Coelho alertou para o fato de que o reconhecimento do direito às terras está limitado pelo poder do Estado de demarcá-las. “Além disso, o reconhecimento da organização social, dos costumes e da língua vai ser cerceado pela imposição de uma educação escolar, atrelada ao Sistema Nacional de Educação, que estabelece a realização do ensino fundamental em português como forma de permitir o pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho”, lembrou. Ela ressaltou ainda os limites impostos com a fixação de conteúdos mínimos para o ensino fundamental, que asseguram uma formação básica comum e o respeito a valores culturais e artísticos, nacionais e regionais, sem mencionar valores étnicos.

“É preciso ter cuidado com o discurso da escola que emancipa, porque ele pode ser, na verdade, um discurso de colonização, que resulta na perda de identidade. Nada do que os índios aprendem na escola tem relação com a sua vida. Não se pode considerar o acesso dos índios à escola, nos moldes atuais, uma conquista da cidadania.”

Elizabeth Beserra Coelho
Socióloga da Universidade
Federal do Maranhão

Questionada sobre a tendência dos jovens indígenas de deixar suas aldeias e se inserir na nossa sociedade, Coelho disse que essa postura é resultado da educação, que usa um modelo uniformizador, expulsando-os, assim, da vida não urbana. “É preciso ter cuidado com o discurso da escola que emancipa, porque ele pode ser, na verdade, um discurso de colonização, que resulta na perda de identidade”, alertou, acrescentado que nada do que os índios aprendem na escola tem relação com a sua vida. “Não se pode considerar o acesso dos índios à escola, nos moldes atuais, uma conquista da cidadania”, enfatizou. A socióloga admitiu que o reconhecimento da existência de diferentes usos, costumes, línguas e patrimônios étnicos constitui um avanço no ordenamento jurídico do Estado brasileiro. “No entanto, esse avanço ainda é limitado à equação do plural que é singular, ou seja, as diferenças são acomodadas ao contexto da sociedade nacional.”

Para Coelho, a possibilidade de conquistar cidadanias diferenciadas está diretamente relacionada às chamadas reivindicações identitárias. “Essas reivindicações partem de minorias que pretendem que suas especificidades e identidades sejam reconhecidas e que leis sejam criadas para assegurar desde direitos ou privilégios especiais até a autonomia política e governamental”, explicou. Segundo ela, o Brasil vivencia esse dilema entre a possibilidade de reconhecer organizações sociais próprias dos índios e o atrelamento desses povos aos parâmetros do Estado nacional. “O que está em jogo é a construção de uma cidadania nacional em confronto com cidadanias diferenciadas. Trata-se de construir cidadanias diferentes para grupos diferentes. Essa diferenciação compreende o direito à auto-organização social, que implica outras formas de poder e de representação.”

A especificidade da diferença

A pesquisadora destacou que elaborar políticas afirmativas para povos indígenas implica enfrentar a questão da interculturalidade. Ela ressaltou ainda que não é simples tratar das relações entre índios e brancos no Brasil, porque há situações muito diferentes. “No Maranhão, por exemplo, posso apontar povos indígenas com mais de 400 anos de contato com a sociedade brasileira, o que significa que têm domínio razoável do português e das regras do Estado brasileiro, e outros que estão em contato há cerca de três décadas e desconhecem a língua nacional e o significado desse Estado”.

Segundo a socióloga, essas diferenças afetam seriamente as políticas públicas destinadas a esses povos e o próprio diálogo com eles. Ela disse que, apesar da retórica

de respeito à diversidade, as políticas públicas continuam a ser elaboradas com base em uma concepção genérica de índio, reduzindo diferentes povos a uma mesma categoria. “Essas políticas são produzidas à revelia desses povos e desconsideram qualquer diagnóstico ou informação já produzidos sobre eles”, denunciou.

Coelho explicou que a interculturalidade está associada fundamentalmente ao conceito de tradução, que não se trata de transportar sentidos de uma língua para outra. “O tradutor é obrigado a construir o significado na língua original e depois imaginá-lo e modelá-lo uma segunda vez na língua com a qual o está transmitindo. Ele tem que ser leal tanto à sintaxe, à sensação e à estrutura da língua fonte quanto às da língua da tradução”, esclareceu. Segundo ela, a tradução implica interpretação e, por isso, está carregada de sentidos. Questionada sobre o posicionamento do antropólogo com relação à tradução, ela disse que um dos maiores dilemas éticos da profissão ocorre quando o pesquisador percebe a dificuldade desse trabalho.

Para que haja a articulação entre recursos intelectuais e cognitivos diversos e de origem distinta, a socióloga destacou a necessidade de transgredir conceitos, denunciar o preconceito que carregam e construir outras concepções alternativas. Além disso, seria preciso que todas as culturas percebessem as limitações das suas próprias perspectivas, que a igualdade fundamental de todos os povos em termos de *status*, inteligência e direitos fosse reconhecida e que houvesse a descolonização das representações e das relações de poder desiguais entre povos e culturas. Mas Coelho ressaltou que o relacionamento entre índios e brancos no Brasil vem ocorrendo de forma bem distinta. “Há uma grande tensão decorrente da ambigüidade do discurso oficial, da não implementação do que está disposto nesse discurso e, principalmente, da diversidade de campos semânticos em operação”, acrescentou.

“Se quisermos pensar em compensação com relação aos povos indígenas, tendo em vista os séculos de massacre a que estiveram e, de certa forma, ainda estão sujeitos, cabe fazê-lo a partir do respeito aos seus modos de vida, ao direito de continuarem sendo povos diferenciados. A ação afirmativa seria, então, a afirmação da diferença.”

Elizabeth Beserra Coelho
Socióloga da Universidade
Federal do Maranhão

Diante desses argumentos, a pesquisadora disse que a aplicação de políticas compensatórias ou de ações afirmativas para povos indígenas requer a contextualização desses povos no Estado brasileiro e o tratamento correto da questão da diferença sociocultural, em que a tradução — via de acesso à interculturalidade — tem importância fundamental. “Se quisermos pensar em compensação com relação aos povos indígenas, tendo em vista os séculos de massacre a que estiveram e, de certa forma,

“Além da elaboração de uma política de cotas, é preciso reformular os currículos, com novas metodologias e pedagogias e com a valorização dos processos históricos de resistência negra e dos heróis das lutas sociais do país, como fonte de orgulho e auto-estima para as crianças negras e não negras.”

Carlos Benedito Rodrigues da Silva
Antropólogo da Universidade Federal do Maranhão

ainda estão sujeitos, cabe fazê-lo a partir do respeito aos seus modos de vida, ao direito de continuarem sendo povos diferenciados. A ação afirmativa seria, então, a afirmação da diferença.”

Questionada sobre o caminho para superar as desigualdades a partir da afirmação da diferença, Coelho afirmou que o Estado brasileiro deve reconhecer que é formado por mais de uma nação e assumir a existência de mais de uma língua oficial. “Apesar de a Constituição estabelecer o respeito a outras línguas, ela obriga que a educação seja feita em português”, ressaltou, reivindicando que o ensino dos índios seja feito na língua indígena, com o português como segundo idioma. “O Brasil já reconhece o multiculturalismo, o que é um avanço. Agora, é preciso mudar a sociedade para dar espaço à polifonia, e não incluir os índios em uma sociedade já constituída.”

Discriminação histórica

O antropólogo Carlos Benedito Rodrigues da Silva, do Departamento de Sociologia e Antropologia da Universidade Federal do Maranhão, também falou sobre o reconhecimento da diversidade étnico-racial como política de promoção da igualdade. Segundo ele, o tratamento dispensado aos negros no Brasil reflete as ambigüidades e contradições do processo histórico de formação da nossa sociedade. “Apesar das transformações ocorridas nas últimas décadas em direção a uma maior democratização e participação social, persistem situações discriminatórias sobre segmentos específicos da população.”

Silva ressaltou que a população negra, seja a urbana ou a rural, está submetida à violência. “No campo, as comunidades de quilombolas não têm o direito à terra reconhecido e ficam sujeitas à ação de expropriadores, muitas vezes com a ajuda do Estado. Nos centros urbanos, os negros, por falta de oportunidades de vida, educação e trabalho, vivem em favelas, em situação de grande desigualdade social”, enfatizou. Ele citou ainda a alta taxa de exclusão de crianças e jovens negros das escolas, que aumenta nos níveis mais elevados de escolaridade, suas péssimas condições de moradia e o aumento do índice de marginalização da juventude negra pela falta de políticas públicas de educação e inclusão. “Isso demonstra o racismo da sociedade brasileira.”

Questionado sobre o processo de reconhecimento de terras de quilombos no Maranhão, Silva disse que poucas estão demarcadas, mas ainda não há titulação. Segundo ele, o problema é mais sério em Alcântara, onde a implantação da base de lançamento aeroespacial deslocou famílias para agrovilas sem acesso a rios e outros locais essenciais para a vida na comunidade, como cemitérios e áreas de plantio. “Além disso, houve um processo de desagregação, pois os jovens não podem construir suas casas próximo às de seus pais, o que provoca a diminuição do cuidado com os mais velhos e facilita a prostituição”, acrescentou.

O pesquisador lembrou que, como resultado da mobilização do movimento social negro, sobretudo a partir dos anos 70, as instituições governamentais, universidades e organizações não-governamentais, entre outros setores da sociedade brasileira, discutem a implementação de políticas públicas e de ação afirmativa. Segundo ele, essas iniciativas visam sanear as desigualdades produzidas ao longo dos 500 anos de história do Brasil e atingem diversos grupos sociais,

“A seleção para o mercado de trabalho, para a ascensão social e para o processo educativo ocorre muito mais em função da aparência física do que da competência, o que contribui para perpetuar a exclusão. Trata-se, na verdade, de uma seleção biológica, construída a partir de modelos europeizados, enraizados na cultura brasileira, apesar dos discursos sobre a mestiçagem como um elemento importante da identidade nacional.”

Carlos Benedito
Rodrigues da Silva
Antropólogo da Universidade
Federal do Maranhão

especialmente os afrodescendentes das periferias urbanas e rurais do país. “A elaboração de políticas de promoção da igualdade racial significa o reconhecimento pelo Estado brasileiro de que o racismo é um dos principais elementos de entrave às oportunidades de acesso ao trabalho e à educação e de melhorias na qualidade de vida dos grupos vitimizados historicamente pela colonização, escravização e exclusão, que se realimentam no contexto atual da globalização”, ressaltou.

Silva disse que o movimento negro sempre enfatizou que o racismo é uma questão nacional, comprometedor do processo de desenvolvimento social, econômico e político do país. Por isso, seria necessário que a questão das desigualdades étnico-raciais fosse um tema presente tanto nos debates acadêmicos, quanto nas preocupações de todos os setores da sociedade brasileira, na tentativa de superar o quadro de exclusão a que estão expostos os afrodescendentes.

Para o antropólogo, não basta a determinação do governo brasileiro de que 2005 seja o ‘Ano de Promoção da Igualdade Racial’. “Essa definição é muito importante para chamar a atenção das instâncias do próprio governo e da sociedade civil para um conjunto de contradições que se avolumam no país, mantendo a maior parte de sua população expropriada em seus direitos de cidadania e dignidade”, enfatizou. Segundo ele, a implementação dessas políticas precisa vir acompanhada de um efetivo reconhecimento da desigualdade e de seus efeitos na sociedade brasileira, da disponibilização de recursos para investimento em novas ações que reconheçam a diferença e a diversidade como um dos caminhos de superação das desigualdades, e da valorização de alternativas criativas produzidas pelas minorias étnicas e sociais do país. “Essas políticas não podem ser uma forma de domínio das elites sobre as minorias”, completou.

Mudanças de mentalidade

O pesquisador destacou que as mobilizações do movimento social negro apontam para a necessidade de mudanças na mentalidade do país, na tentativa de construir uma nova cultura de relações sociais, onde todos os grupos que deram origem ao povo brasileiro sejam reconhecidos. “É necessário mudar a mentalidade dos educadores, para que se interessem em conhecer a história das civilizações africanas e das culturas indígenas e possam ensinar aos seus alunos, por exemplo, que a história do negro não começa com a escravidão, e para que as crianças de todas as etnias tenham referenciais de positividade, sentindo-se incluídas e valorizadas em suas especificidades e diversidades”, reivindicou.

Silva disse que, para a efetivação de uma política de promoção da igualdade racial, é necessário produzir novos conhecimentos que dêem visibilidade às histórias das minorias étnico-raciais. Entre as iniciativas, ele citou a produção de livros didáticos, com as histórias infantis contadas e reproduzidas no cotidiano dos diversos grupos, e a elaboração e transmissão de conceitos e teorias a partir das experiências de vida desses grupos, enfatizando sua importância na sustentação das histórias e culturas do país. Nesse contexto, o antropólogo destacou a importância da efetivação da Lei 10.639, aprovada em 2003 pelo Conselho Nacional de Educação, que estabelece a obrigatoriedade do ensino de história e cultura afro-brasileira e africana na educação básica. “Além da elaboração de uma política de cotas, é preciso reformular os currículos, com novas metodologias e pedagogias e com a valorização dos processos históricos de resistência negra e dos heróis das lutas sociais do país, como fonte de orgulho e auto-estima para as crianças negras e não negras”, defendeu.

Com relação ao mercado de trabalho, o pesquisador alertou que as heranças da escravidão permanecem como critério de exclusão e manutenção dos grupos negros no subemprego. “Mesmo quando ocupam categorias de igual desempenho e responsabilidade profissional, falta aos negros o reconhecimento e a valorização.” Ele destacou a necessidade de mudar a mentalidade dos sindicalistas e militantes políticos, para que compreendam que a história do trabalho no Brasil não começa com a industrialização, mas sim com a exploração da mão-de-obra indígena e a chegada dos primeiros grupos de negros africanos escravizados.

Silva disse que a seleção para o mercado de trabalho, para a ascensão social e para o processo educativo ocorre muito mais em função da aparência física do que da competência, o que contribui para perpetuar a exclusão. “Trata-se, na verdade, de uma seleção biológica, construída a partir de modelos europeizados, enraizados na cultura brasileira, apesar dos discursos sobre a mestiçagem como um elemento importante da identidade nacional.” Ele ressaltou também que é preciso mudar a concepção dos trabalhadores em geral, para compreenderem que o racismo é uma arma de desqualificação da mão-de-obra e de manutenção dos baixos salários, estimulando disputas entre os marginalizados e mantendo as posições dos grupos dominantes.

O antropólogo enfatizou que esse quadro de desigualdades perpetua as contradições no Brasil. “Ao mesmo tempo em que o país se volta para a modernidade, permanece com práticas e ideologias excludentes, que impedem o envolvimento da maioria da população em seu processo de desenvolvimento e aumentam a

responsabilidade do Estado, com a necessidade do estabelecimento de políticas e serviços públicos de reconhecimento de direitos e participação.” E acrescentou: “A construção da democracia passa necessariamente pela distribuição igualitária das riquezas e pela inclusão de todos os segmentos sociais nos processos produtivos e nas vantagens sociais que o seu trabalho possa produzir.”

Para Silva, a cultura e a educação estão diretamente relacionadas com o processo de inclusão ou exclusão dos grupos étnico-raciais no processo participativo da sociedade brasileira. “É exatamente a partir desses dois elementos que se dá a construção e a legitimação de um processo perverso de transformação da diferença em sinônimo de desigualdade e inferioridade, levando à invisibilização dos grupos étnico-raciais na vida social brasileira”, esclareceu. E completou: “A condição de estar no mundo como protagonista de uma história e a representação dessa posição pela cultura nos foram tiradas pela educação.” Segundo o pesquisador, nosso processo educativo é totalmente fundamentado nos modelos explicativos europeus, e os pensadores brasileiros não conseguem se desprender deles e construir novas interpretações da nossa cultura a partir da nossa própria realidade. “Isso faz com que a construção do negro no imaginário social brasileiro se dê através de uma concepção de inferioridade, que minimiza suas potencialidades enquanto ser humano, desde suas características físicas até sua capacidade intelectual, moral e cultural.”

Para mudar esse quadro, o antropólogo disse que é preciso ir além das cotas raciais. “As ações afirmativas pressupõem a reformulação do currículo, e não apenas colocar 40% de ‘pretinhos’ na universidade”, enfatizou. Questionado sobre a lacuna existente entre o direito e o acesso à educação e o caso específico dos estudantes de escolas públicas, que não chegam à universidade, Silva ressaltou que a política de cotas não exclui a realização de investimentos nessas instituições. “Até porque a maioria dos negros está em escolas públicas”, lembrou. Ele disse ainda que hoje grandes intelectuais são contra as cotas na universidade porque isso implica a divisão dos recursos para pesquisa. “Na verdade, a política de cotas vai levar a outros rumos de pesquisa e a outros pesquisadores”, concluiu.

Silva destacou que esses movimentos de reparação não devem se limitar à educação, incluindo também a igualdade e a melhoria do acesso à saúde e moradia. E acrescentou: “Não se pode falar em políticas de promoção da igualdade racial sem romper com o silêncio do racismo à brasileira, que violenta o ser humano não apenas

na sua integridade física, mas na sua subjetividade, bloqueando suas potencialidades de valorização e auto-estima.”

Racismo velado

A socióloga Maria Zelma de Araújo Madeira, do Curso de Serviço Social da Universidade Estadual do Ceará (Uece), ressaltou que pensar em uma forma de instituir ações afirmativas no Brasil é uma tarefa complicada, já que não há sequer um consenso sobre a existência de racismo no país. “Não se pode ficar no debate simplista de ser contra ou a favor de cotas”, disse, acrescentando que, antes das ações afirmativas, é preciso discutir as relações sociais e raciais e pensar no silêncio sobre o racismo.

A pesquisadora explicou que as políticas de ações afirmativas visam oferecer aos grupos discriminados e excluídos um tratamento diferenciado para compensar as desvantagens derivadas das práticas criminosas do racismo e de outras formas de discriminação. “Essas ações encontram eco na perspectiva da reparação, indenização e compensação, pois, passados 117 anos de abolição da escravatura, presenciamos a situação de desvantagem em muitas esferas da vida social, econômica, política e cultural dos negros, que estão na sociedade como etnia discriminada e excluída da riqueza acumulada ao longo de todo esse tempo.” Segundo ela, o objetivo da demanda por ações afirmativas é fazer com que o Estado, em uma sociedade multicultural como a brasileira, tome medidas para ressarcir os descendentes de africanos negros dos danos psicológicos, materiais, políticos, sociais e educacionais sofridos sob o regime escravista, concretizando, assim, iniciativas de combate ao racismo e a todas as formas de discriminação. “Diante desse quadro perverso de racismo, cabe à esfera governamental reconhecer a dívida social para com esses grupos e desenvolver ações para garantir a inclusão social.”

“Não se pode falar em políticas de promoção da igualdade racial sem romper com o silêncio do racismo à brasileira, que violenta o ser humano não apenas na sua integridade física, mas na sua subjetividade, bloqueando suas potencialidades de valorização e auto-estima.”

Carlos Benedito
Rodrigues da Silva
Antropólogo da Universidade
Federal do Maranhão

Madeira afirmou que a discussão sobre o preconceito, a discriminação e o racismo no Brasil ganhou visibilidade em 1995, quando o governo Fernando Henrique Cardoso criou o Grupo de Trabalho Interministerial para Valorização da População Negra, formado por representantes do movimento negro, de intelectuais negros e de vários ministérios, com o objetivo de elaborar propostas de ações concretas para melhorar as condições de vida dos afrodescendentes. Ela acrescentou que, em 1996, o

“Há hoje no Brasil um cenário inédito, em nível institucional, de reconhecimento do racismo e da necessidade de promoção da igualdade racial, que se concretiza com os investimentos conjuntos do governo e da sociedade civil em cultura, política, economia e solidariedade sociorracial.”

Maria Zelma de Araújo
Madeira
Socióloga da Universidade
Estadual do Ceará

Programa Nacional de Direitos Humanos do Governo Federal apresentou propostas para reparar os direitos econômicos, sociais e culturais da população negra. “Essas medidas mostram que o Brasil reconhece o quanto foi violado o direito dos negros e seus descendentes a uma vida humana justa e digna”, destacou.

A socióloga lembrou que, nos últimos anos, surgiram no cenário nacional e mundial fatos que abriram espaço para a reflexão das relações raciais e seus impactos na constituição da sociedade. Entre esses acontecimentos ela citou: a comemoração de 500 anos do Brasil; a 3ª Conferência Mundial contra o Racismo, Xenofobia e Formas Correlatas de Intolerância, ocorrida em setembro de 2001 na África do Sul; e as três edições do Congresso Brasileiro de Pesquisadores Negros, realizadas em Recife (PE) em 2000, São Carlos (SP) em 2002 e São Luís (MA) em 2004, para promover o intercâmbio de pesquisas sobre a temática do negro no Brasil.

Medidas concretas

Segundo Madeira, há hoje no Brasil um cenário inédito, em nível institucional, de reconhecimento do racismo e da necessidade de promoção da igualdade racial, que se concretiza com os investimentos conjuntos do governo e da sociedade civil em cultura, política, economia e solidariedade sociorracial. Ela disse que essas iniciativas foram implementadas a partir da criação pela Presidência da República, em 2003, da Secretaria Especial de Políticas de Promoção da Igualdade Racial, cujo objetivo

é estabelecer ações voltadas para combater as desigualdades raciais no país e promover a igualdade e a proteção dos direitos de indivíduos e grupos raciais e étnicos afetados pela discriminação.

A socióloga ressaltou que um maior número de projetos de promoção da igualdade racial tem sido induzido pelo governo federal, através dos ministérios da Cultura, da Educação, da Justiça, do Trabalho e da Saúde. Ela reconheceu também a importância da contribuição das organizações não-governamentais e dos movimentos negros na luta contra a desigualdade racial. “Mas não podemos desconsiderar o impacto do neoliberalismo nas políticas sociais e os limites da ação governamental.”

Entre as iniciativas do governo, Madeira citou o programa ‘Saúde da População Negra — Ações Afirmativas para Avançar na Equidade’, do Ministério da Saúde, que passa a considerar as necessidades específicas da população negra e suas desigualdades no acesso e na qualidade dos serviços prestados. “Foi uma conquista a implementação do quesito cor/raça nas fichas de atendimento, prontuários e outros cadastros do setor de saúde”, afirmou. A pesquisadora destacou ainda as ações do Ministério da Educação, como a Lei 10.639, que obriga o ensino de história da África e dos africanos aos alunos do ensino fundamental e médio, e a política de cotas para negros em universidades. “Sem essas ações afirmativas no âmbito educacional, a população negra teria ainda que ficar na mesma posição desfavorável por mais 32 anos até atingir o nível de escolaridade atual dos alunos brancos”, enfatizou.

Para a socióloga, a política de cotas para negros na universidade pressupõe uma política que incentive a permanência do aluno na instituição e garanta sua inserção no mercado de trabalho. Ela disse que as ações afirmativas vão além das cotas, com as vagas para alunos indígenas, negros e pardos, e pobres. “Essa política deve incluir também a formação de professores, a inclusão de conteúdos referentes aos segmentos populacionais beneficiados — por meio da

“Deve-se ter cuidado ao selecionar os beneficiários da política de cotas, na tentativa de evitar que ela deprecie o conceito de mérito. Não adianta pegar qualquer pessoa negra na rua; temos que priorizar aquelas com capacidade de seguir um curso universitário.”

Maria Zelma de Araújo
Madeira
Socióloga da Universidade
Estadual do Ceará

ampliação do acervo da biblioteca com livros sobre o pensamento indígena e afro-brasileiro, por exemplo —, a elaboração de projetos de extensão universitária voltados para esses grupos e a implantação nos currículos da diversidade étnico-racial”, defendeu. E destacou: “Dessa forma, será possível romper com o racismo acadêmico e fazer com que a universidade cumpra sua função social e seja realmente democrática, revelando o multiculturalismo da sociedade brasileira.”

Sobre a situação específica da Uece, Madeira acredita que haverá resistências à implantação de políticas de ação afirmativa. “Já identifiquei uma postura de negação e combate em relação a esse projeto, com a justificativa da não proliferação do racismo”, contou, esclarecendo que essa posição transpareceu no planejamento estratégico da Universidade, que colocou a política de cotas como uma ameaça. “Será necessário grande esforço de nossa parte na ampliação do debate com os professores, alunos, servidores e gestores da Uece”, completou. Ela disse que as instituições, empresas e entidades devem refletir sobre a verdadeira situação do Brasil. E alertou: “As cotas nunca podem ser impostas.” Segundo ela, essas ações devem vir precedidas de uma ampla discussão pela sociedade e pelas instituições que pretendem adotá-las. “Além disso, professores, servidores e alunos universitários devem ter voz na decisão.”

Madeira alertou para o cuidado que se deve ter ao selecionar os beneficiários da política de cotas, na tentativa de evitar que ela deprecie o conceito de mérito. “Não adianta pegar qualquer pessoa negra na rua; temos que priorizar aquelas com capacidade de seguir um curso universitário.” Segundo ela, é preciso avaliar as pessoas com rigor para ter a certeza de que atingirão bons resultados, além de oferecer acompanhamento sistematizado, através de tutoria, para que os alunos cotistas possam obter êxito nas atividades acadêmicas. “As cotas devem enriquecer as universidades e não diminuir os padrões de ensino.”

A socióloga ressaltou que uma educação anti-racista, aberta à pluralidade e ao multiculturalismo, é uma das condições para o rompimento dos mecanismos reprodutores das desigualdades étnicas. Ela lembrou que o multiculturalismo, que se fez presente nas artes, nos movimentos sociais e nas políticas públicas, implica o reconhecimento da diferença e coloca em questão o tipo de tratamento que determinados grupos tiveram e vêm tendo nas democracias tradicionais. “Quando reivindicamos o cumprimento dos princípios de igualdade e equidade, associados às Constituições de todos os países democráticos, reagimos ao monoculturalismo ou etnocentrismo, que, com mais ou menos firmeza, domina a cena há pelo menos três séculos.” Ela explicou

que o monoculturalismo não só pretende universalizar os pressupostos e os termos de uma única cultura como também nega ser cultura qualquer expressão que se recuse a moldar-se nos padrões dessa cultura dita 'maior'. "Cabe a nós decidirmos que sociedade queremos construir", desafiou. "A partir daí, poderemos estabelecer relações étnico-raciais e sociais justas e democráticas, em que todos respeitem as diferenças e estejam abertos às reciprocidades, ou seja, à diversidade cultural", concluiu.

E D U C A Ç Ã O

Cerca de 79 milhões de brasileiros de 16 a 64 anos não sabem efetuar cálculos básicos de matemática

Analfabetismo numérico

O Brasil tem hoje cerca de 16 milhões de analfabetos absolutos e 30 milhões de analfabetos funcionais com mais de 15 anos, de acordo com a definição adotada pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), que considera alfabetizada a pessoa capaz de escrever pelo menos um bilhete simples no idioma que conhece. Com esse alto grau de analfabetismo, como imaginar jovens matemática e cientificamente preparados? Dados de recente pesquisa feita pela Organização das Nações Unidas para Educação, Ciência e Cultura (Unesco) para avaliar as aptidões dos alunos brasileiros para ciências e matemática mostram que o desempenho dos jovens brasileiros está entre os piores do mundo. Em sua conferência 'Produção de analfabetos no Brasil', a matemática Suely Druck, do Departamento de Matemática Aplicada da Universidade Federal Fluminense (UFF) e presidente da Sociedade Brasileira de Matemática (SBM), traçou um panorama do ensino da matemática no país que qualificou como dramático.

Até a década de 1960, ser analfabeto era não saber ler, escrever e fazer contas. O número de analfabetos era enorme, o que gerou uma demanda de conhecimento que a escola deveria repassar aos seus alunos. Crianças e jovens passaram a freqüentar a escola, mas não necessariamente saíam dela alfabetizados. "O resultado dessa política foi a criação de um tipo de analfabeto que, mesmo tendo cursado o ensino fundamental, não conseguiu aprender", afirmou

Druck. “Além disso, existe uma grande quantidade de ‘analfabetos numéricos’, pessoas que sabem o que é um número, mas não conseguem efetuar cálculos matemáticos simples, de soma e subtração”, acrescentou. Segundo o Índice Nacional de Analfabetismo Funcional (Inap) — elaborado a partir de dados da Unesco —, 79 milhões de brasileiros entre 16 e 64 anos são analfabetos numéricos. “Esse número aponta para uma situação emergencial. Nosso país já deveria ter atingido um estágio de educação em que todos, ao ver um gráfico simples de desempenho econômico, por exemplo, conseguissem entendê-lo”, lamentou a presidente da SBM.

Índices alarmantes

Outros índices alarmantes, na opinião de Druck, são os 16 milhões de brasileiros que não conhecem as letras, nem sequer conseguem assinar o nome. Os 42 milhões que se encontram em estado crítico de leitura (são capazes de ler palavras, mas sem entender o que lêem) e os 86 milhões de brasileiros que não dominam a leitura nem as operações básicas de matemática não estão aptos para enfrentar a vida nem para tomar decisões que englobem conhecimentos dessas duas disciplinas.

“O analfabetismo influencia a qualidade de vida das pessoas; por isso todos deveriam ter a capacidade de fazer julgamentos e de identificar e entender o papel da matemática no mundo”, afirmou a presidente da SBM. “Saber a quantidade de açúcar que a pessoa pode consumir sem estragar sua saúde ou poder calcular o quanto de tinta deve ser usado para pintar uma casa são cálculos que todos deveriam poder fazer, entre tantos outros, para dominar situações simples de seu cotidiano”, exemplificou.

O cenário no plano internacional é ainda mais triste. Segundo exames aplicados em 2003 pelo Programa Internacional de Avaliação de Alunos (Pisa) em estudantes de

“Existem cerca de 79 milhões de ‘analfabetos numéricos’, pessoas que sabem o que é um número, mas não conseguem efetuar cálculos matemáticos simples, de soma e subtração. Esse número aponta para uma situação emergencial. Nosso país já deveria ter atingido um estágio de educação em que todos, ao ver um gráfico simples, conseguissem entendê-lo.”

Suely Druck
Presidente da Sociedade
Brasileira de Matemática

15 anos em 43 países, com o objetivo de avaliar seu desempenho em leitura, ciências e matemática, o Brasil obteve as piores colocações. “No quesito matemática, ficou em penúltimo lugar, à frente apenas do Peru”, lamentou Druck. “Com relação a outros itens, o país sequer obteve a pontuação mínima necessária para ser avaliado.”

“Preocupados com o resultado alarmante obtido pelos seus estudantes, os congressistas peruanos se reuniram e criaram o chamado ‘Programa emergencial de ensino da matemática’. Vigente há dois anos, o programa já surtiu efeitos positivos. Já no Brasil, a péssima colocação de seus alunos não chegou a entrar na pauta do Congresso.”

Suely Druck
Presidente da Sociedade
Brasileira de Matemática

Segundo a matemática da UFF, o mau desempenho do Peru no Pisa gerou uma resposta imediata do Congresso naquele país. “Preocupados com o resultado alarmante obtido pelos seus estudantes, os congressistas peruanos se reuniram e criaram o chamado ‘Programa emergencial de ensino da matemática’. Vigente há dois anos, o programa já surtiu efeitos positivos”, revelou. “Já no Brasil, a péssima colocação de seus alunos não chegou a entrar na pauta do Congresso.”

Onde erramos

Buscando apontar a origem da produção de analfabetos no país, Druck citou alguns erros estratégicos: “O volume dos investimentos em educação é muito pequeno, os professores não recebem uma formação adequada e os seus salários são ínfimos.” Para Druck, o maior problema é o despreparo dos docentes: eles não dominam o conteúdo ministrado em sala de aula e se mantêm distantes da produção científica nacional, sobretudo nas instituições públicas. “Reina uma mentalidade de descompromisso com a informação científica. Se os professores não conseguem ensinar trigonometria com qualidade, por exemplo, seus alunos estarão condenados a ser analfabetos em física.”

Em sua experiência como participante da comissão do antigo ‘provão’ (sistema de avaliação das instituições de ensino superior do Ministério da Educação), a presidente da SBM relatou o quadro dramático da matemática no país: de todas as áreas, a matemática obteve, por cinco anos consecutivos, o desempenho mais baixo entre os alunos avaliados.

Segundo Druck, os professores não estão aptos a associar os conceitos matemáticos à realidade. “O que fazem é transmitir informações sem objetivos; não há compromisso com a educação”, lamentou. “Entre os licenciados, a matemática tem sido a nota mais baixa, inclusive entre aqueles envolvidos diretamente com o ensino da disciplina: 80% dos docentes da área não dominam o conteúdo que terão de desenvolver em sala de aula. O saldo são professores malformados que, por sua vez, irão formar mal outros professores.”

A presidente da SBM relatou que, ao contrário do que ocorre em outros países, os docentes de matemática em formação não mantêm intercâmbio com os matemáticos profissionais, o que interfere negativamente na qualificação dos professores e na produção científica do país. Em sua opinião, é importante que a comunidade científica interaja com os docentes para que estes possam participar da cultura, do método e dos instrumentos científicos necessários para aprimorar o ensino da disciplina.

A falta de qualidade na educação em geral e o atraso por parte do governo nas reformas educacionais foram apontados por Druck como alguns dos problemas que contribuem para a configuração atual do ensino da matemática no país. A pesquisadora da UFF lembrou ainda que é necessário abrir o leque de opções profissionais investindo no ensino.

“Até agora, o Brasil não fez reformas substanciais que permitam elevar a qualidade do ensino. Não existe uma política pública para a formação e o aprimoramento dos professores. Não há sequer um parâmetro de qualidade para o ensino básico, o que dizer da graduação”, disse.

“Entre os licenciados, a matemática tem sido a nota mais baixa, inclusive entre aqueles envolvidos diretamente com o ensino da disciplina: 80% dos docentes da área não dominam o conteúdo que terão de desenvolver em sala de aula. O saldo são professores malformados que, por sua vez, irão formar mal outros professores.”

Suely Druck
Presidente da Sociedade
Brasileira de Matemática

Possíveis soluções

Uma das medidas apontadas por Druck para resolver o problema é criar critérios de qualidade para a avaliação. Reprovar ou não o aluno é, a seu ver, um dos casos a

serem discutidos porque, muitas vezes, a aprovação condena o aluno a não dominar a disciplina nos outros segmentos. “No ensino fundamental, por exemplo, a matemática é seqüencial e esse é um aspecto que a distingue de outras disciplinas; ela precisa de pré-requisitos para dar continuidade ao seu aprendizado”, afirmou.

A presidente da SBM lamentou a não-valorização do conhecimento por parte do povo brasileiro, assim como por parte das autoridades, que dedicam pouco cuidado ao assunto. “Falta informação, divulgação e valorização do saber. O resultado desse descaso com a educação brasileira são crianças que, ao deixar a escola, não têm conhecimento”, disse. Para ilustrar seu discurso, Druck citou o depoimento de uma professora da Universidade Estadual de Campinas (Unicamp) sobre a escola brasileira daqui a 25 anos: “A escola não ensina, as crianças não aprendem e os professores não sabem. O que mudou na educação nacional no século 20 foi apenas a contabilidade, ou seja, um maior número de crianças na escola.”

A conscientização da sociedade brasileira sobre a importância da educação de qualidade, do conhecimento científico, da sua divulgação, e sobre a situação dramática que vive o ensino no país é, para Druck, uma boa notícia. “É preciso recuperar o tempo perdido, investir em educação e em políticas de impacto”, afirmou, observando que apenas as ações de instituições como o Ministério da Educação, de sociedades científicas e de universidades não são suficientes para suprir a demanda do Brasil. “Para isso, é necessário implementar outras iniciativas.”

Segundo a presidente da SBM, a Olimpíada Brasileira de Matemática das Escolas Públicas (Obmep) é uma dessas ações que podem ajudar a mudar o panorama da educação no Brasil. A Obmep premia professores, escolas e alunos e procura descobrir talentos em matemática. Promovida pela SBM, a olimpíada já havia recebido até julho deste ano cerca de 10 milhões de inscrições de crianças e jovens — alunos de 31 mil escolas públicas do ensino fundamental e médio de todo o país. Participam da Obmep 92% dos municípios brasileiros e já existem exemplos de sucesso, como o projeto *Numeratizar*, aplicado no Ceará, com 98% de suas escolas inscritas na olimpíada.

Na opinião de Druck, é importante que a sociedade tenha consciência de que o analfabetismo discrimina e que a qualidade no ensino é fundamental. Para transformar o quadro do ensino no país, é necessário valorizar o professor, formar padrões nacionais de qualidade na educação e articular políticas públicas para o acesso à cultura, à ciência e à tecnologia em todo o território nacional. “Dessa maneira, o país pode satisfazer os anseios da juventude brasileira, oferecendo oportunidades para todos.”